

02
2022



cesec
Centro de Estudos de Segurança e Cidadania

NEGRO TRAUMA: RACISMO E ABORDAGEM POLICIAL NO RIO DE JANEIRO





No ano de 2003, realizamos a primeira edição da pesquisa Elemento Suspeito. Quase duas décadas depois, voltamos a campo para uma nova rodada de entrevistas na rua e conversas em profundidade com jovens negros e outros moradores da cidade do Rio de Janeiro.

Perguntamos e recebemos respostas sobre abordagens policiais, experiências vivenciadas nessas ocasiões e a avaliação dos entrevistados sobre as forças de Segurança Pública.

Os conceitos de raça, racismo e racialização se impuseram como chaves conceituais para entender os resultados que mostraremos a seguir.

ELEMENTO SUSPEITO: RACISMO E ABORDAGEM POLICIAL NO RIO DE JANEIRO

Uma pesquisa do Cesec que busca entender o que mudou quase 20 anos depois da primeira pesquisa Elemento Suspeito.

COORDENAÇÃO DO CESEC

Julita Lemgruber
Leonarda Musumeci
Silvia Ramos

Coordenador adjunto

Pablo Nunes

EQUIPE ELEMENTO SUSPEITO

Coordenação

Silvia Ramos

Pesquisadores

Diego Francisco, Pedro Paulo da Silva, Itamar Silva

Comunicação

Juliana Gonçalves

Gerente

Ana Paula Andrade

Consultor

Doriam Borges

Pablo Nunes

Pesquisa de Campo

Instituto Datafolha

Grupos Focais

Elo Serviços de Apoio à Pesquisa

Conselho de Pesquisa

Cecília Olliveira
Danielle Magalhães
Joel Costa
Jota Marques
Marcelle Decothé
Monica Cunha
Rachel Barros
Thiago Nascimento
Thuane Nascimento
Wesley Teixeira

SOBRE ESTE RELATÓRIO

Edição: Flávio VM Costa

Revisão: Táia Rocha Mariana Chagas

Ilustração: Miguel Morgado

Design Gráfico: Refinaria Design

Este projeto teve o apoio da Fundação Ford

Fale conosco: elementosuspeito2021@gmail.com

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sueli Costa - Bibliotecária - CRB-8/5213
(SC Assessoria Editorial, SP, Brasil)

Negro trauma [livro eletrônico]: racismo e abordagem policial no Rio de Janeiro /

Silvia Ramos...[et al.] ; ilustração Miguel Morgado. – Rio de Janeiro : CESeC, 2022.

10 mb

Outros autores: Pedro Paulo da Silva, Itamar Silva, Diego Francisco

Formato: PDF

ISBN: 978-85-5969-012-5

1. Racismo. 2. Violência policial. 3. Segurança pública. I. Ramos, Silvia. II. Silva, Pedro Paulo da. III. Silva, Itamar. VI. Francisco, Diego. V. Morgado, Miguel. V. Título.

CDD-305.8

Índices para catálogo sistemático:

1. Racismo : Polícia 305.8

“MÃOS NA CABEÇA, NEGUINHO!”: RACISMO NA ABORDAGEM POLICIAL

Qualquer cidadão ou cidadã que circule pelas ruas, a pé ou em qualquer meio de transporte, corre o risco de ser parado(a) e revistado(a) em uma ação policial conduzida pelas forças de segurança pública. Em tese.

Na prática, a teoria é outra. Policiais selecionam quem abordam e essa não é uma escolha aleatória: depende, em larga medida, de critérios prévios de suspeição, seja de aparência física, local, horário, circunstâncias, comportamento, seja de alguma combinação desses e de outros fatores.

A população, por sua vez, tem ideias e expectativas próprias em relação aos critérios adotados pelos policiais em tais situações – ideias e expectativas que podem ou não se confirmar.

Por essas razões, as abordagens policiais se apresentam como situações propícias para o estudo dos temas de segurança e sociedade: elas não dependem da escolha dos cidadãos e acontecem fora do contexto de ocorrências criminais.

Em 2003, o CESeC conduziu uma pesquisa sobre abordagem policial e encontrou resultados que confirmaram largamente o fato de que jovens do gênero masculino, negros e pessoas de menor renda eram desproporcionalmente mais abordadas pela polícia. As avaliações de jovens negros sobre as abordagens e sobre as polícias eram mais negativas do que as daqueles que nunca tinham sido abordados, ou que tinham sido abordados eventualmente em situações menos agressivas.

Em 2021, quase duas décadas depois da primeira pesquisa, acrescentamos novas perguntas: a frequência das abordagens policiais nas ruas da cidade aumentou ou diminuiu? A qualidade das abordagens aumentou ou caiu? Será que as diferenças quando os abordados são negros e quando as interações se dão em áreas próximas a favelas se acentuaram ou reduziram? E as avaliações da população sobre as polícias?

Entre uma pesquisa e outra, passaram-se cinco governos estaduais (Rosinha Garotinho, Sérgio Cabral, Luiz Fernando Pezão, Wilson Witzel e Cláudio Castro) e 14 comandos diferentes na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ), que patrulha as ruas da cidade e realiza a maioria das abordagens. Ocorreram, ainda, várias experiências em segurança pública. Houve tempo suficiente para a polícia mudar. Durante esse longo período, também, as câmeras de videomonitoramento, oficiais e particulares, multiplicaram-se em escala nas ruas do Rio e foi testado um sistema de reconhecimento facial de pessoas, entre outros modelos de policiamento.



“Mãos na cabeça, neguinho!”: racismo na abordagem policial

Os “jovens da pesquisa” de então – com quem conversamos, fizemos grupos focais e reuniões – agora têm entre 40 e 50 anos. Entre 2003 e 2021, uma nova geração de jovens negros surgiu. Parte dessa nova geração passou a frequentar as universidades e alguns deles ingressaram no campo dos estudos de segurança pública. O racismo se tornou tema central para as pesquisas desse campo. Essa mudança se reflete no perfil de quem conduziu a pesquisa atual. Na primeira edição, “Elemento Suspeito” teve a coordenação de duas pesquisadoras brancas. Dezoito anos depois, uma pesquisadora branca, três pesquisadores e uma comunicadora negros comandam o trabalho atual.

Em termos de segurança pública, a história do Rio de Janeiro registrou momentos marcantes. As polícias fluminenses, que em 2003 mataram 1.195 pessoas, em 2021 mataram 1.345. Em 2018, houve a intervenção federal no estado, a segurança esteve sob o comando de generais e se consagrou a hipermilitarização de políticas que já tinham sido militarizadas ao longo dos anos com a aquisição e o uso intensivo de helicópteros blindados e a compra de mais armas de guerra com recursos da intervenção federal. Naquele ano da intervenção federal, o estado assistiu ao número recorde, até então, de 1.535 mortes decorrentes de ação policial.

Esse recorde foi superado logo no ano seguinte, com o agravamento do autoritarismo e do fascismo declarados, com Jair Bolsonaro na Presidência da República, e com a chegada do governo de Wilson Witzel e sua política de “tiro na cabecinha”: policiais do estado mataram exatas 1.814 pessoas em 2019.

Em 2020, ano marcado pelo começo da pandemia do coronavírus, o Supremo Tribunal Federal decretou nova intervenção na segurança fluminense, determinando o controle e a redução de operações policiais em favelas durante a pandemia – medida apenas parcialmente respeitada. O governo de Cláudio Castro, sucessor do impichado Witzel, baixou o tom do discurso, mas, na prática, retomou a política de operações violentas e alta letalidade, com as traumáticas e históricas chacina do Jacarezinho e do Salgueiro, em maio e outubro de 2021, respectivamente.

Como tudo isso alterou as abordagens policiais e sua percepção no dia a dia da cidade? Após casos marcantes como o de Ágatha (Alemão), Marcos Vinícius (Maré), João Pedro (São Gonçalo), Emily e Rebecca (Caxias), e depois de George Floyd (em Mineápolis, Estados Unidos), também tivemos interesse em conhecer: além das experiências com abordagens, que outras experiências os moradores do Rio têm com frequência com a polícia? Que notas os moradores dão para cada força policial (civil, militar, federal, rodoviária etc.)? O que pensam sobre as operações policiais, as mortes de inocentes e as mortes de pessoas envolvidas com o crime nas operações? Houve tempo e fatos capazes de mudar a percepção dos cariocas sobre as polícias?

É o que veremos neste Boletim.



DISSECAÇÃO DO ENQUADRO

por **Sílvia Ramos e Pedro Paulo da Silva**

Segunda edição da pesquisa “Elemento Suspeito” confirma que jovens negros do Rio são os mais abordados por policiais no estado e revela dimensão traumática dessas operações

A atual edição da pesquisa “Elemento Suspeito” combina métodos quantitativos e qualitativos, de maneira semelhante ao primeiro trabalho, de 2003.

Realizamos grupos focais com o apoio de empresa e moderador profissionais experientes em pesquisas no Rio de Janeiro. Foram agrupados membros dos seguintes grupos sociais:

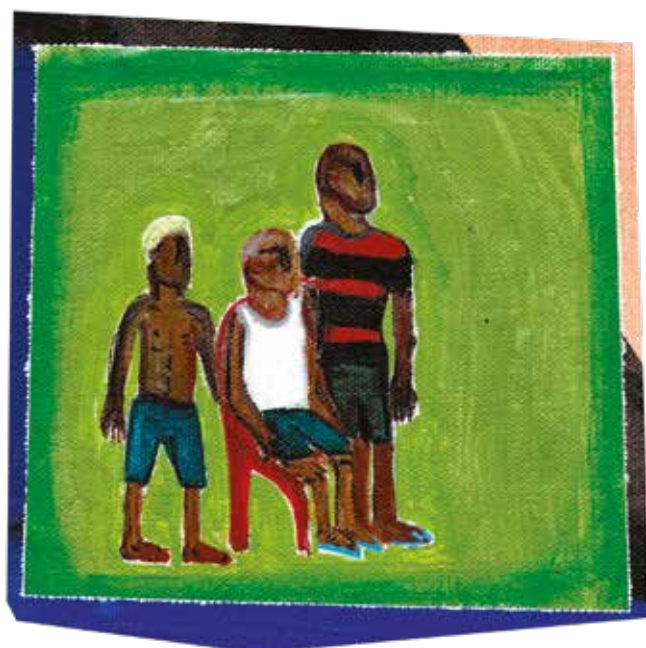
- Jovens negros moradores de favelas; jovens negras, travestis e transexuais moradoras de favelas; entregadores que trabalham com motos ou bicicletas; motoristas de aplicativos de ambos os gêneros; jovens brancos; estudantes negros universitários e praças negros da Polícia Militar.

Em todos os casos, a condição era ter tido experiência prévia com abordagens policiais. Jovens negros de favelas, mulheres cisgêneras, travestis e transexuais moradoras de favelas e ativistas comunitários de meia-idade participaram também de entrevistas semiestruturadas para aprofundar temas surgidos nos grupos focais.

A revisão bibliográfica – especialmente a leitura de pesquisas empíricas sobre abordagem policial entre 2003 e o momento atual – junto à leitura de textos sobre racismo e sobre racismo e policiamento, além do instrumento de pesquisa quantitativa usado em 2003, ajudou na elaboração de um questionário com 38 perguntas. O objetivo era conhecer as experiências da população carioca acerca das abordagens policiais, assim como suas avaliações das abordagens e da polícia.

“Eu fico pensando: como será minha vida? Eu vou aguentar ser parado pela polícia todo dia?”

Jovem garçom negro que usa transporte público à noite



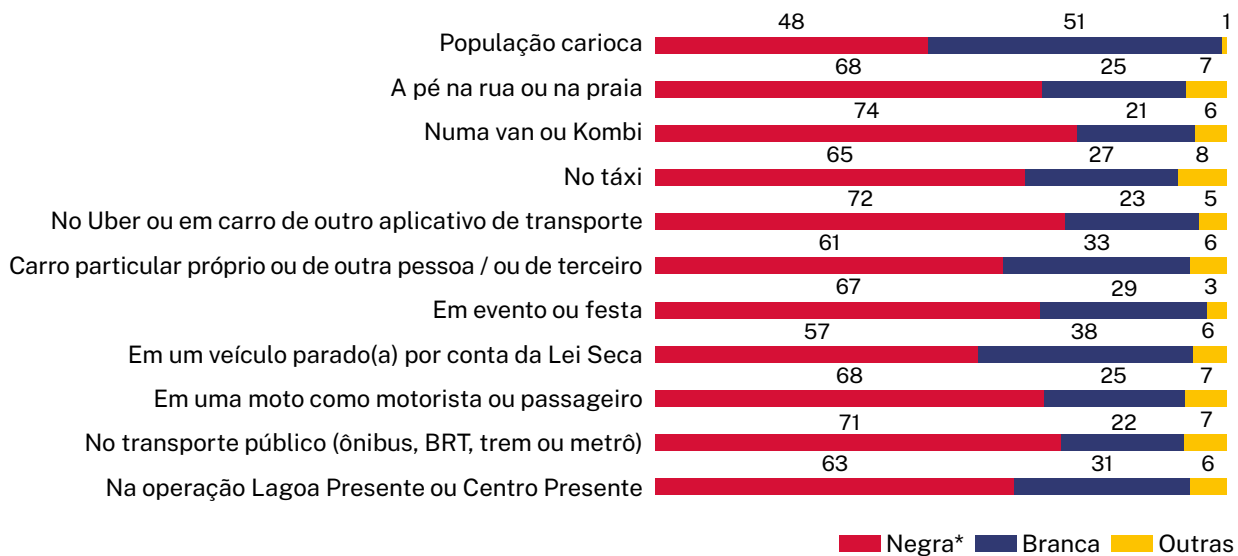
Nos dias 4, 5 e 6 de maio de 2021, equipes do Datafolha realizaram 3.500 entrevistas em pontos de fluxo da cidade do Rio de Janeiro, com moradores de mais de 16 anos, perguntando a idade; a cor; a escolaridade; se consideravam o bairro onde moravam uma favela, um bairro de periferia ou um bairro sem ser de periferia; e se se já haviam sido parados ou abordados pela polícia. Esse número compõe uma amostra aleatória representativa de idade, cor, escolaridade, gênero e local de moradia dos habitantes do Rio. Desse total, 39% já tinham sido abordados alguma vez.

Do total de entrevistados, 739 moradores responderam ao questionário completo, sendo uma amostra representativa dos moradores da cidade que já foram abordados pela polícia. Essa é a base das respostas à nossa pesquisa.

GRÁFICO 1

GRÁFICO 1 - DISTRIBUIÇÃO DE RAÇA/COR DA POPULAÇÃO CARIOCA E DAS PESSOAS PARADAS/ABORDADAS PELA POLÍCIA, SEGUNDO SITUAÇÃO DE ABORDAGEM (EM %)

N = 739. Fonte: CEsSeC com dados do Datafolha. Estimativa populacional: IPP/ Fernando Cavallieri



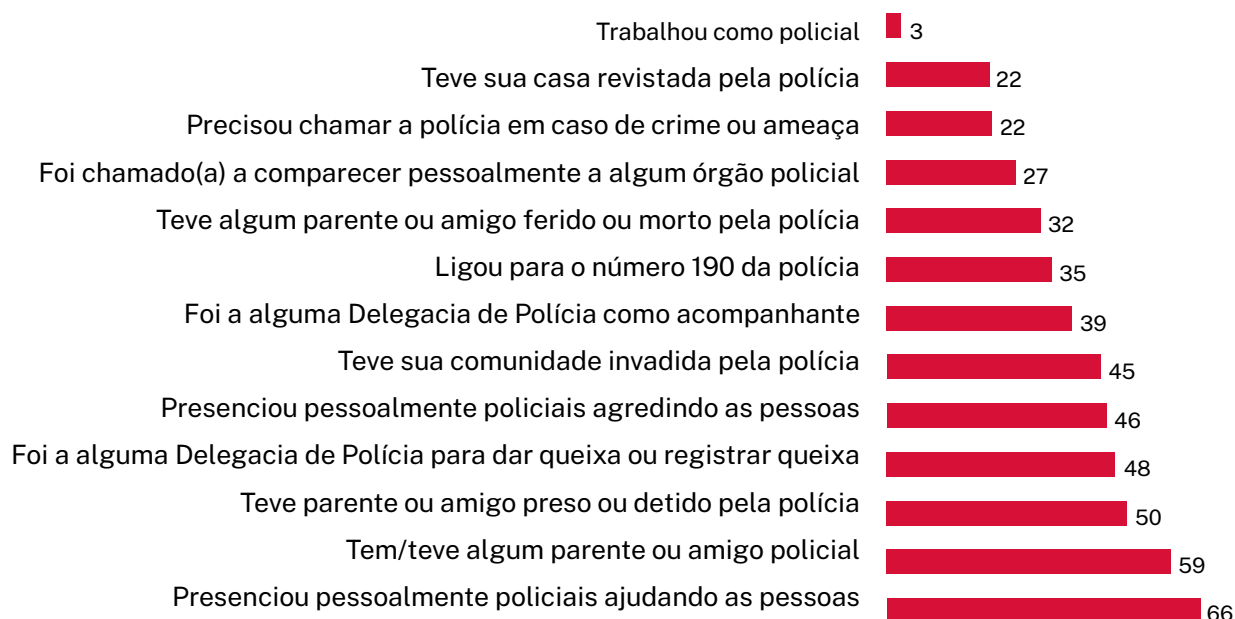
*A população negra é a soma da população preta e da população parda

Na entrevista mais detalhada, fizemos uma dissecação das abordagens policiais na cidade, perguntando aos entrevistados sobre modalidades, horários, locais, força policial, tipo de tratamento e eventuais dinâmicas de violência, corrupção e humilhação, assim como boas experiências quando parados pela polícia. Também perguntamos sobre outras experiências com a polícia fora das abordagens (ligar para o 190, ir a uma delegacia, presenciar ações violentas, ter sua comunidade invadida, e outras). Por fim, perguntamos a essa amostra representativa de pessoas abordadas pela polícia na cidade suas opiniões sobre operações e sobre as forças de segurança pública.

GRÁFICO 2

GRÁFICO 2 - DISTRIBUIÇÃO DE EXPERIÊNCIAS DE PESSOAS PARADAS/ ABORDADAS PELA POLÍCIA (EM %)

N = 739. Fonte: CESeC com dados do Datafolha

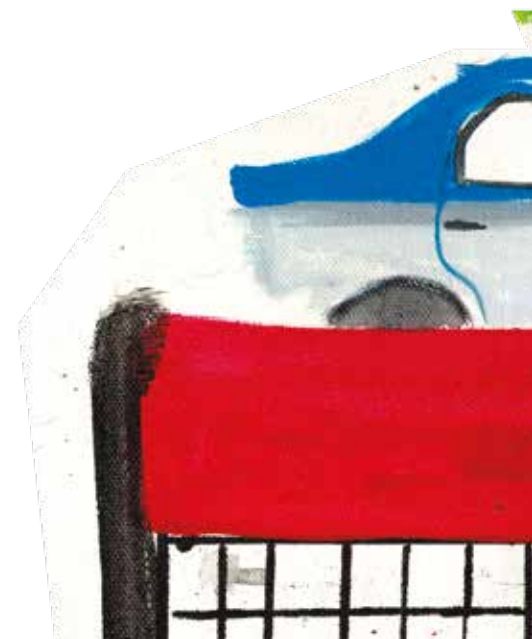


Angústias, medos e raivas: a dimensão traumática

Os grupos focais e as entrevistas semiestruturadas foram momentos emocionantes – e emocionalmente impactantes para nós, pesquisadores – em que pudemos aprofundar aspectos difíceis de serem percebidos em pesquisas. Quais são os sentimentos subjetivos, as vivências marcantes, as histórias que mudam biografias, as repetições que marcam uma geração de jovens negros, as antecipações, as angústias, os medos, as raivas, os alívios e as estratégias de evitação que surgem diante das abordagens policiais?

A descoberta da dimensão traumática de quem é alvo preferencial das abordagens policiais deve ser considerada a primeira grande contribuição da pesquisa atual.

É importante lembrar que não estamos falando de fenômenos gerais de violência e criminalidade, a exemplo da vitimização de violência nas ruas da cidade, na vida familiar ou experiências no mundo do crime.

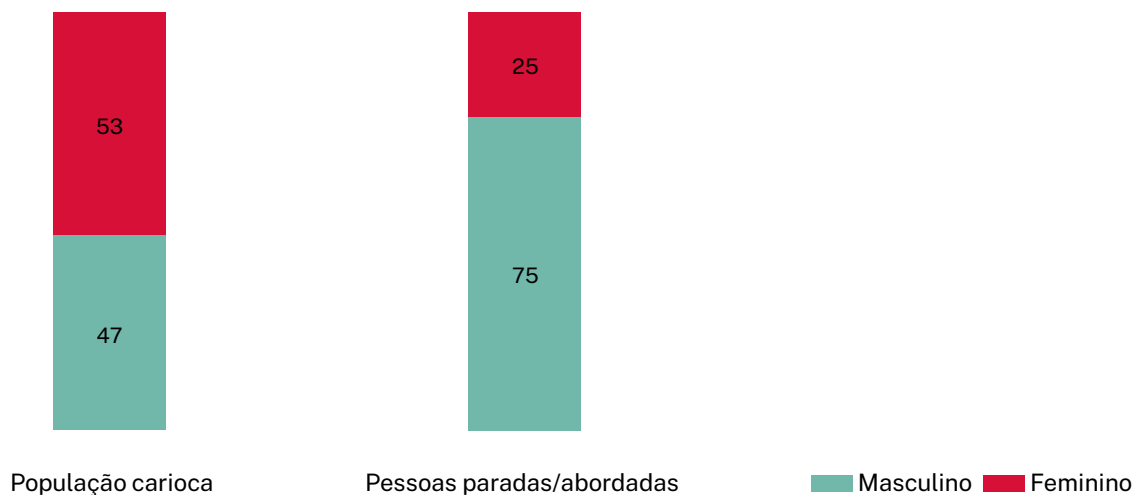


A investigação trata de um acontecimento muito específico, um procedimento controlado, de iniciativa das forças a quem a sociedade concede o uso da força coercitiva. As abordagens não dependem dos cidadãos e não podem ser controladas por eles. São planejadas e realizadas por profissionais da segurança e, teoricamente, não deveriam ser temidas nem deveriam gerar trauma, medo, sentimento de impotência, ódio e repulsa por parte das pessoas abordadas.

Como veremos nas próximas páginas, tanto na pesquisa quantitativa como nos grupos focais e nas entrevistas semiestruturadas, encontramos confirmações e surpresas. Descobrimos realidades que não conhecíamos e percebemos a presença de um novo personagem marcante na vida do Rio, que surgiu entre essas duas décadas: a consciência e o reconhecimento do racismo, por parte significativa de negros e brancos, como sendo o “elemento suspeito”, estruturante da atividade policial.

GRÁFICO 3 DISTRIBUIÇÃO DE PESSOAS PARADAS/ABORDADAS PELA POLÍCIA, SEGUNDO GÊNERO (EM %)

N = 739. Fonte: CESeC com dados do Datafolha. Estimativa populacional: IPP/Fernando Cavallieri

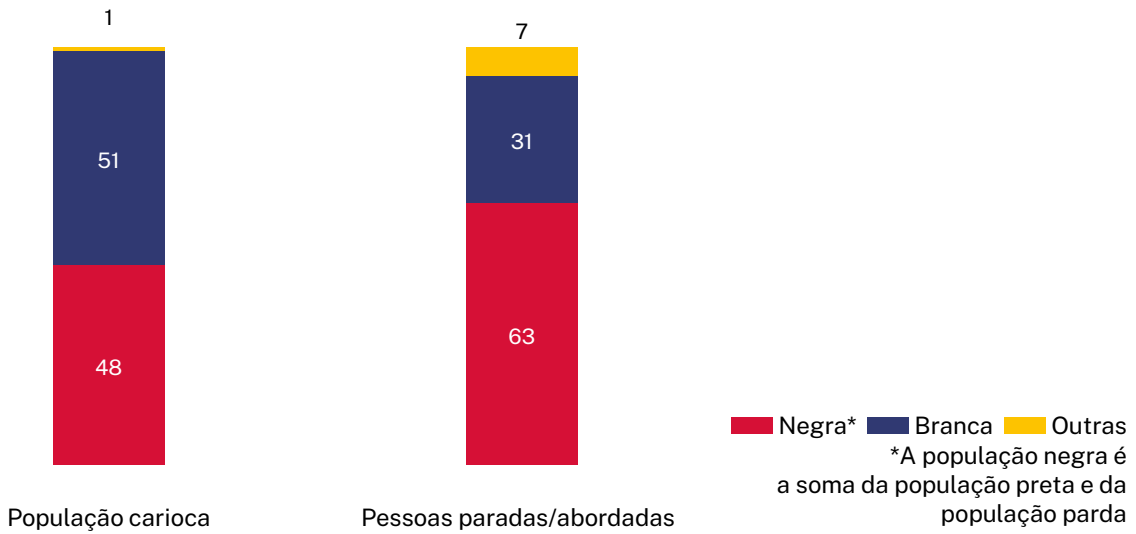


As descobertas da pesquisa e a confirmação do racismo policial

Quando observamos o perfil geral dos abordados pela polícia, vemos que existe uma discrepância em termos de representatividade da população da cidade. São mais homens do que mulheres, mais negros do que brancos, mais pobres, mais jovens e mais moradores de favelas e bairros de periferia do que a média da cidade.

GRÁFICO 4 DISTRIBUIÇÃO DE RAÇA/COR DA POPULAÇÃO E DAS PESSOAS ABORDADAS/PARADAS PELA POLÍCIA (EM %)

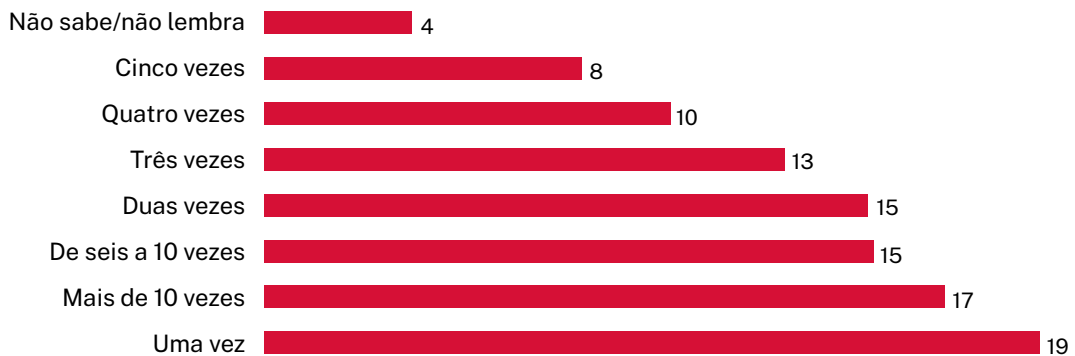
N = 739. Fonte: CESeC com dados do Datafolha; Estimativa populacional: IPP/Fernando Cavallieri



Analisando o número de vezes que os entrevistados foram abordados, encontramos a primeira surpresa. Os vieses de cor, renda, local de moradia e idade são ainda mais acentuados.

GRÁFICO 5 DISTRIBUIÇÃO DE PESSOAS PARADAS/ABORDADAS, SEGUNDO NÚMERO DE VEZES (EM %)

Fonte: CESeC com dados do Datafolha (N = 739)

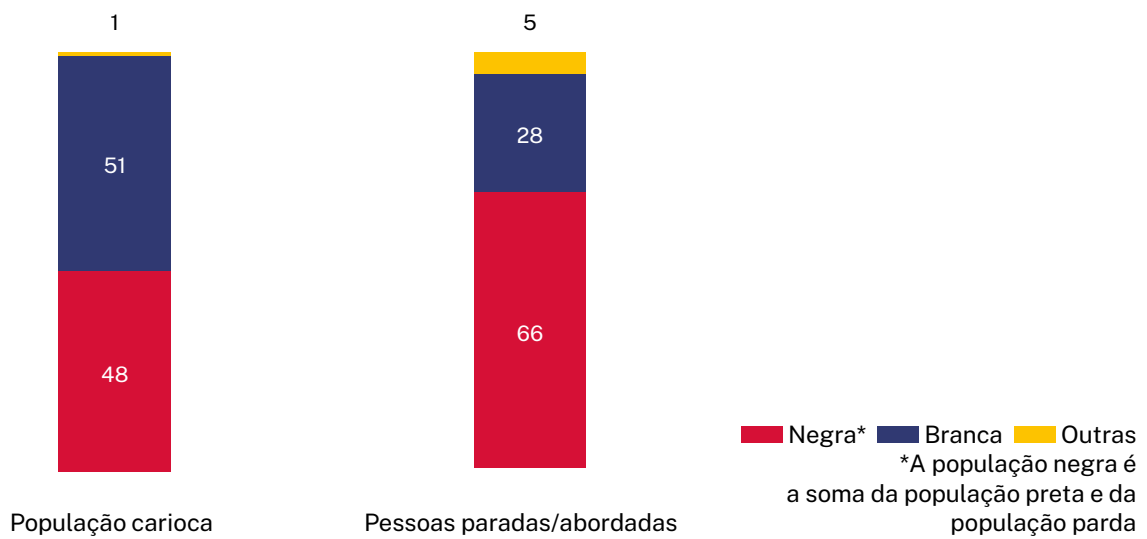


A distribuição de idade, cor, gênero e local de moradia dos que foram parados mais de 10 vezes é extremamente reveladora das características do elemento suspeito do ponto de vista policial: 94% eram homens, 66% eram negros, 50% tinham até 40 anos, 35% moravam em favelas, enquanto 33% moravam em bairros de periferia e 58% ganhavam de zero até três salários mínimos.

GRÁFICO 6

DISTRIBUIÇÃO DE RAÇA/COR DA POPULAÇÃO E DAS PESSOAS PARADAS/ABORDADAS PELA POLÍCIA MAIS DE 10 VEZES (EM %)

N = 122. Fonte: CESeC com dados do Datafolha. Estimativa populacional: IPP/Fernando Cavallieri



Jovens negros de favelas e entregadores confirmaram, intensamente, os dados encontrados de números de abordagens pela pesquisa de rua. Um indicador chamado IGCCT define o grupo de pessoas que são muito abordadas pela polícia. A sigla é formada pelas iniciais dos marcadores idade, gênero, cor, classe e território.

Mesmo quando focalizamos apenas a população que já foi abordada pela polícia (sem contar os que nunca foram abordados), existem os *super abordados*, os *freios de camburão*, os *mestres do enquadro*.

Aqueles que responderam terem sido “parados mais de 10 vezes” (e muitos desse grupo já foram parados centenas de vezes) compõem um setor da sociedade que representa quase um quinto dos já abordados (17%), que são alvo reiterado do olhar de incriminação prévia por agentes da lei. Sentem-se vistos como criminosos, sentem medo quando avistam policiais, pressentem e, de alguma forma, vivenciam as abordagens mesmo quando elas não acontecem.

“Dia que não sou parado, chego em casa e acho até que aconteceu algo estranho.”

Jovem entregador negro de moto

“Eles tentam imprimir que a gente é o suspeito. A gente acaba até duvidando da própria honestidade.”

Frase de jovem negro entrevistado durante a pesquisa



Onde foi a dura?

As modalidades de abordagem formam outro dado revelador das dinâmicas policiais na cidade.

Quando perguntamos todas as formas de abordagem que os entrevistados já experimentaram verificamos que abordagens em carro são mais frequentes, seja quando a pessoa está dirigindo, seja quando está como passageira (o total de modalidades de abordagem é maior do que 100% porque algumas pessoas foram abordadas em mais de uma situação). Em cada contexto de abordagem, o entrevistado poderia responder sim, não, ou não sabe/não lembra. Dessa forma, cada linha da tabela abaixo (cada modalidade de abordagem) dá o total de 100%. E por isso que a soma das porcentagens de “Sim”, ou seja, de entrevistados que foram parados/abordados em dada modalidade dá mais de 100%.

TABELA 1 DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS PARADAS/ABORDADAS PELA POLÍCIA, SEGUNDO MODALIDADE

	Sim	Não	Não sabe/ não lembra
Em carro próprio seu ou de outra pessoa	63	37	0
A pé na rua ou na praia	55	45	0
No transporte público (ônibus, BRT, trem ou metrô)	33	67	0
Em um veículo parado(a) por conta da Lei Seca	32	68	0
Em uma moto como motorista ou passageiro	31	69	0
Numa van ou Kombi	19	81	0
Em evento ou festa	18	82	0
No Uber ou carro de outro aplicativo de transporte	17	83	0
Na operação Lagoa Presente ou Centro Presente	12	87	1
No táxi	11	89	0

Fonte: CESeC com dados do Datafolha

Esses dados se tornam ainda mais impressionantes e eloquentes sobre o racismo policial quando vemos a distribuição de cor/raça dos abordados segundo as modalidades de abordagem.

Enquanto 48% da população da cidade do Rio de Janeiro são negros (preta ou parda), os negros parados em van ou Kombi foram 74%, em transporte público foram 71% e, entre os que foram parados andando a pé na rua ou andando de moto, 68% eram negros.

A discrepância entre a distribuição de cor da população carioca e dos que foram parados mais de 10 vezes é chocante e confirma o fato de que muitas pessoas nunca foram paradas, algumas pessoas foram paradas uma ou poucas vezes, e uma parcela da população, especialmente jovens negros do gênero masculino, são abordados excessivas vezes, particularmente quando circulam a pé na rua, em transporte público ou em motos.

“Mão na parede”



Dissecação do enquadro

Existem dinâmicas típicas de abordagem. Quando perguntamos como foi especificamente a última abordagem policial sofrida, descobrimos que 44% dos entrevistados foram abordados há um ano ou menos. Em 36% dos casos, elas ocorreram à noite; em 31%, tarde; em 23%, pela manhã; e, em 8%, de madrugada. Na última experiência de abordagem, 76% tiveram que apresentar documentos à polícia e 50% foram revistados.

A revista pessoal é um procedimento agressivo e invasivo em que o abordado é obrigado a colocar as mãos na parede ou sobre outras superfícies, como o capô de um carro ou a lataria de um ônibus, e tem seu corpo apalpado por um agente. Nesse procedimento, o abordado deve manter as mãos imobilizadas e os pés afastados. O abordado fica de costas para o policial e não vê nem o rosto nem se o policial está com a arma apontada para a cabeça, se há outros agentes apontando armas, se estão fazendo gestos que podem se tornar agressões, nem o que se passa entre os policiais e com outros abordados. A apalpação é supostamente um procedimento de busca de armas, drogas e outros objetos que possam ser ilegais, mas pode ser, com frequência, um momento de violência física, medo e humilhação.

Quando perguntamos se houve revista pessoal na última abordagem, 50% afirmaram que sim. Abordagens de Lei Seca, de Uber ou de carros pessoais, muitas vezes, só implicam mostrar documentos e sofrer revistas nos próprios veículos. Às vezes, só há revista de mochilas e bolsas. As revistas corporais são reservadas para indivíduos que policiais suspeitam que possam estar portando armas ou drogas, ou que eles considerem suspeitos. Muitas vezes, para abordados que os policiais “acham que merecem ser revistados ou que têm cara de criminosos ou que têm cara de quem está escondendo algo”, como disseram praças da PM em um grupo focal.

Na pesquisa nas ruas do Rio, verificamos que 50% dos abordados foram revistados na última abordagem. Mas, quando olhamos quem eram esses 50% revistados, verificamos que 84% eram homens, 69% eram negros (lembrando que apenas 48% dos cariocas são negros), e 70% eram moradores de favelas e bairros de periferia.

“Saber que aquela não é a última vez... A angústia de saber que você tá propenso a sofrer aquilo todo dia...”

Jovem negro entrevistado

Perguntando apenas sobre a última abordagem de nossos entrevistados, observamos que a chance de sofrer revista física é semelhante ao risco de ser abordado: fortemente influenciada pelo índice IGCCT (idade, gênero, cor, classe e território).

As mulheres, as trans, bolsas, mochilas e cabelos

As mulheres (16%) são menos abordadas do que os homens (84%) e menos revistas quando são abordadas. Embora ocorram eventualmente, são escassos os relatos de revistas físicas em mulheres executadas por policiais homens.

Contudo, nos grupos focais, descobrimos que a polícia usa uma estratégia bastante eficaz de intimidação nas abordagens de mulheres e mulheres trans: a revista das bolsas. Foram inúmeros os relatos que não foram revistas durante a abordagem, mas tiveram seus pertences despejados em cima da lataria da viatura ou na rua.

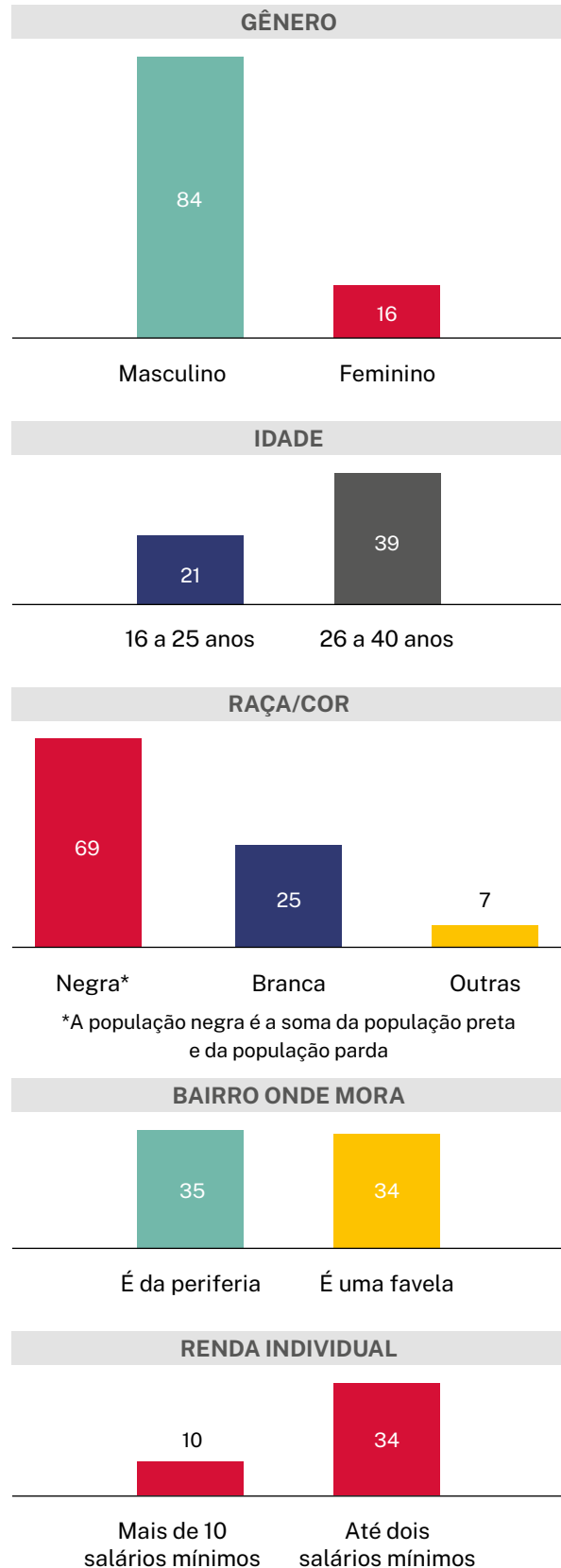
Vários participantes homens contaram, também, em detalhes, revistas das mochilas. Muitas vezes, os agentes não fazem revista corporal, mas procuram drogas e outros objetos nas mochilas. Esse processo algumas vezes é muito constrangedor. Homens e mulheres relataram que, além da revista corporal, policiais às vezes procuram drogas nos cabelos, isto é, nas tranças afro e nos dreads usados por jovens negras e negros.

“A mulher negra já é marginalizada. A mulher trans, mais ainda.”

Jovem negra transexual

GRÁFICO 7 PESSOAS PARADAS/ABORDADAS PELA POLÍCIA QUE SOFRERAM REVISTA EM SUA ÚLTIMA ABORDAGEM (EM %)

N = 739. Fonte: CESeC com dados do Datafolha



“O polícia jogou tudo da minha bolsa no asfalto, não achou nada e foi embora. Eu fiquei ali olhando tudo no chão. Fui começando a recolher e as pessoas que estavam assistindo vieram me ajudar. Foi muito ruim, muito humilhante.”

“Eu não uso bolsa para ir trabalhar. Vou de mototáxi e eles não podem ver uma mulher negra na garupa da moto com bolsa que param a moto para revistar a bolsa.”

Jovens negras participantes dos grupos focais

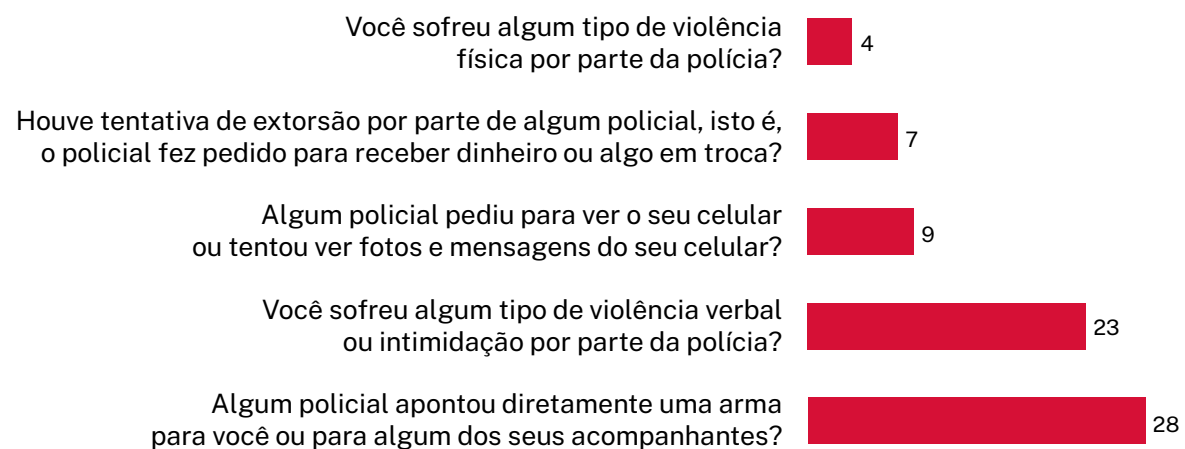


Tratamento na última abordagem: violência física, verbal, corrupção e invasão de celular

Perguntamos aos entrevistados nas ruas se haviam sofrido violências físicas, verbais e outras, tomando por base apenas a última abordagem. Os resultados estão a seguir.

GRÁFICO 8 DISTRIBUIÇÃO DE VIOLÊNCIAS SOFRIDAS NA ÚLTIMA ABORDAGEM (EM%)

N = 739. Fonte: CESeC com dados do Datafolha



A experiência violenta mais comum é ter uma arma diretamente apontada para si. Quando ouvimos os relatos nos grupos focais, constatamos que, quando contam as múltiplas experiências vividas, vários relatam já terem sido tratados com agressões verbais ou desrespeito, e vários relatam terem tido o celular invadido para verificar galerias de fotos e mensagens de WhatsApp com algum conteúdo ligado às facções. Não em todas as abordagens, e nem na última, mas em alguma vez na vida.

Os tratamentos verbais dos policiais ao se aproximarem dos jovens podem não ser considerados xingamentos, mas são quase sempre desrespeitosos e impõem uma condição de inferioridade e desmoralização do abordado.

As abordagens implicam vivências que muitas vezes não se traduzem em violência física ou verbal, mas em situações de humilhação e constrangimento, que foram as palavras mais ouvidas nos grupos focais com jovens negros. Algumas situações são intraduzíveis em termos de pesquisa quantitativa.

“Neguinho”, “Negão”, “Meliante”, “Elemento”, “Seu Jorge”, “Bob Marley”, “Escurinho”, “Favelado”, “Moleque”, “Ganso” (pessoa envolvida com o tráfico ou com passagem pela polícia) e “Marmita” (mulher de traficante).

Expressões usadas por policiais militares nas abordagens

Outras experiências com a polícia

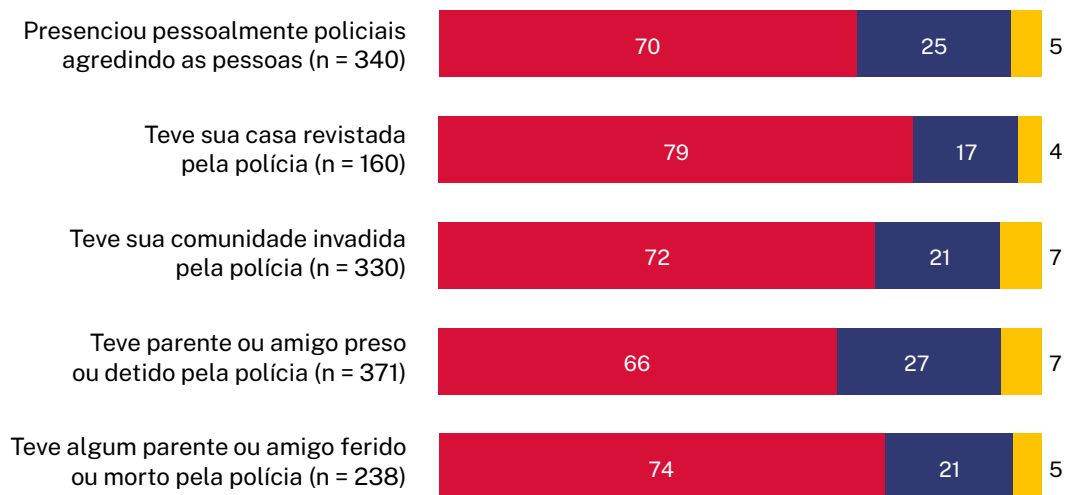
A maior surpresa da pesquisa quantitativa feita nas ruas da cidade foram as outras experiências com as polícias civil e militar de pessoas que tinham sido abordadas alguma vez na vida.

A pergunta foi “alguma vez na vida você já”: e, daí, as alternativas eram aplicadas em rodízio, para evitar vieses do próprio questionário – quando uma pergunta pode induzir à resposta da seguinte. As alternativas somam mais de 100% porque cada entrevistado poderia ter tido mais de uma experiência (assim, o número total de experiências é maior que o de entrevistados).

É absolutamente surpreendente que 32% dos entrevistados tenham parentes ou amigos que foram mortos ou feridos por policiais. Isso é um terço dos entrevistados. E que 45% tenham tido sua comunidade invadida pela polícia e 22% sua casa invadida pela polícia. Também surpreende que 46% dos entrevistados tenham presenciado pessoas sendo agredidas pela polícia (e 66% presenciaram pessoalmente policiais ajudando pessoas).

GRÁFICO 9 DISTRIBUIÇÃO DE RAÇA/COR DE PESSOAS PARADAS/ABORDADAS PELAS POLÍCIAS, SEGUNDO EXPERIÊNCIAS MAIS IMPACTANTES

Fonte: CESeC com dados do Datafolha



■ Negra* ■ Branca ■ Outras

*A população negra é a soma da população preta e da população parda

Negros e moradores de favelas e periferias são drasticamente mais expostos a fenômenos como presenciar policiais agredindo pessoas; ter sua casa invadida pela polícia; ter sua comunidade ocupada pela polícia; ter parente ou amigo preso ou detido pela polícia; e ter parente ou amigo ferido ou morto pela polícia. No gráfico anterior está a distribuição dessas experiências impactantes com a polícia segundo cor e raça dos entrevistados.

Mais uma vez, chamamos a atenção para o fato de que não estamos falando de vitimização geral ou exposição à violência em geral (como, por exemplo, ouvir tiroteios, ser assaltado, ter parentes ou amigos assassinados etc.).

Eficiência, respeito, racismo, corrupção e violência da PM

Quando pedimos para os entrevistados nas ruas da cidade darem notas para as diversas forças de segurança, descobrimos que a Polícia Militar é a força com pior avaliação pelos que já foram abordados.

TABELA 2 NOTAS (0 A 10) ATRIBUÍDAS ÀS FORÇAS DE SEGURANÇA

Corpo de Bombeiros	9,2
Polícia Federal	8,2
Exército	7,8
Polícia Rodoviária	7,8
Polícia Civil	7,1
Vigilantes e seguranças particulares	6,2
Guarda Municipal	5,6
Polícia Militar	5,4

N = 739, Fonte: CESeC com dados do datafolha:



Dissecação do enquadro

As notas são as médias de todos os entrevistados, considerando que alguns grupos fizeram avaliações mais negativas da Polícia Militar: 45% das pessoas pretas reprovaram a Polícia Militar (isto é, deram nota menor que 5); 23% das pessoas brancas e 28% das pessoas pardas também reprovaram a PM.

Perguntamos também aos entrevistados sua avaliação da PM em relação a eficiência, respeito, racismo, corrupção e violência. Os resultados são:

TABELA 3 EFICIÊNCIA E RESPEITO DA POLÍCIA MILITAR

	Muito (%)	Um pouco (%)	Nada (%)	Não sabe (%)
Eficiência	14	64	20	2
Respeito	16	60	23	1

N = 739. Fonte: CESeC com dados do Datafolha

Em compensação, quando analisamos os resultados dos aspectos negativos da polícia, é chocante verificar que apenas 3% consideram a PM nada corrupta e, 7%, nada violenta.

TABELA 4 RACISMO, CORRUPÇÃO E VIOLÊNCIA NA POLÍCIA MILITAR

	Muito (%)	Um pouco (%)	Nada (%)	Não sabe (%)
Racismo	40	39	17	4
Corrupção	60	32	3	5
Violência	48	43	7	2

N = 739. Fonte: CESeC com dados do Datafolha

Essas avaliações, como em todo o resto do levantamento de rua, apresentam contrastes quando olhamos os resultados por IGCCT (idade, gênero, cor, classe e território). Focalizando os autodeclarados “pretos”, percebemos que 50% avaliam a PM como muito racista e, 56%, como muito violenta.

Nos grupos focais, os jovens que se autodeclararam pretos ou pardos — principalmente os moradores de favelas e periferias — e os entregadores que usam motos ou bicicletas atribuem ao racismo da polícia, em grande medida, as violências e os desrespeitos que sofrem frequentemente nas ruas por parte dos agentes da lei. Em oposição, os motoristas de aplicativos e os próprios policiais não enxergam racismo na polícia.

“Qual é o critério? Por que só revistam as pessoas negras? E você nem pode questionar a polícia porque eles engrossam logo...”.

Jovem negro

Interessante notar que a pauta do racismo é predominante nos grupos de jovens, mesmo entre jovens não negros.

Uma questão que acompanhou todos os grupos foi enunciada por um jovem branco: “Quais são os critérios? O racismo é latente no Brasil. Se a gente estiver num grupo de negros, a gente vai ser minoria, mas eles não vêm pra cima da gente. Nós não sabemos o que é uma abordagem escrota porque não somos negros.”

Não surpreende que as avaliações sobre a polícia militar sejam mais negativas entre negros, especialmente entre os que se classificam como pretos.

Os cariocas e as operações policiais

Operações policiais em favelas são uma característica específica da estratégia de segurança pública no estado do Rio. As favelas e os chamados complexos de favelas da capital e na região metropolitana sofrem diariamente com trocas de tiros e confrontos entre policiais e criminosos há anos. Além da alta letalidade na ação policial — indicador em que o estado é recordista, em um país que tem um dos índices mais altos do mundo — os tiroteios causam medo entre os moradores e o fechamento de escolas, comércio e unidades de saúde.

Para além dos efeitos letais e não letais, as operações não contribuem para alterar o quadro de criminalidade na cidade. Em vez de desarticular quadrilhas, as operações aquecem o mercado de armas — nos últimos anos, os fuzis se tornaram cada vez mais presentes — e cresce a ação de agrupamentos que florescem na ilegalidade, como as milícias, que hoje disputam com as facções das drogas o controle de vastos territórios urbanos.

Os moradores de favelas são diretamente prejudicados pelas operações, que são tão danosas quanto ineficientes. Por isso, foram surpreendentes os resultados que encontram o maior consenso de toda a pesquisa de rua. A quase totalidade dos moradores da cidade que já foram abordados pela polícia, sendo brancos ou negros, morando em favelas, bairros da periferia ou bairros não periféricos, concordou que as operações não devem matar ou ferir inocentes ou criminosos e que parte delas ocorre por corrupção policial.

“Eu já fui parado na Lagoa. Estava com um amigo negro. O tratamento foi completamente diferente, muito racista.”

Jovem branco participante dos grupos focais



TABELA 5 OPINIÕES SOBRE OPERAÇÕES POLICIAIS

	Concorda totalmente ou em parte	Discorda totalmente ou em parte	Não sabe
As operações policiais em favelas deveriam ter cuidado para não ferir ou matar pessoas inocentes.	97	3	0
As operações policiais em favelas deveriam ter cuidado para não ferir ou matar qualquer pessoa, independentemente de se a pessoa é criminoso ou não.	84	14	2
As operações policiais em favelas são necessárias para combater os criminosos.	81	15	4
Algumas operações policiais ocorrem por causa da corrupção policial e de acertos entre policiais e criminosos.	80	15	5
O número de operações policiais em favelas deveria diminuir durante a pandemia.	52	44	4

N = 739. Fonte: Centro de Estudos de Segurança e Cidadania com levantamento do Datafolha.

Palavras para associar: polícia e abordagem rimam com quê?

Na pesquisa quantitativa feita na rua, quando perguntamos “o que lhe vem à cabeça quando se fala em polícia?”, obtivemos 42% de ideias positivas (segurança, proteção), 37% de palavras negativas (medo, violência, corrupção), 5% de palavras neutras (servidor público), 8% não sabiam ou não quiseram opinar e 8% deram outras respostas.

Os grupos focais se diferenciaram muito e surpreenderam. Motoristas de aplicativos, inclusive motoristas negros e negras, enfatizaram a função predominantemente positiva das polícias nas ruas. Várias vezes usaram as palavras “segurança”, “proteção”, “alívio” e até “salvação” para definir a polícia e as abordagens policiais, especialmente durante a noite. Vários contaram histórias e momentos em que levavam passageiros suspeitos e que uma abordagem policial trouxe proteção e calma.

Também descreveram que policiais os consideram suspeitos até que veem que estão dirigindo para aplicativos e estão a trabalho e passam a chamá-los de “chefe” e “amigo”. Entre os relatos de motoristas, ouvimos: “eles respeitam o aplicativo. A revista é só nos passageiros.”.

Entre os próprios policiais, no grupo focal com praças negros da PM que tinham experiências com abordagens, as palavras usadas para definir a própria polícia foram: “guerreiros”, “defensores”, “heróis”, “seres humanos” e “sobreviventes”. Quando pedimos para definirem as abordagens policiais em uma palavra, disseram: “eficiência”, “trabalho”, “risco”, “essencial” e “tensão”.

GUERREIRO
SER HUMANO
DEFENSORES
SOBREVIVENTE
HERÓIS

PALAVRAS USADAS POR **POLICIAIS MILITARES** EM GRUPO FOCAL PARA DEFINIREM **A PRÓPRIA IMAGEM**

TENSÃO
TRABALHO
ESSENCIAL
EFICIÊNCIA
RISCO

PALAVRAS USADAS POR **POLICIAIS MILITARES** EM GRUPO FOCAL PARA DEFINIREM **A ABORDAGEM POLICIAL**

Entre os jovens negros de favelas, os jovens brancos e negros e os entregadores, as palavras são opostas. Surge uma enxurrada de definições fortes, negativas, dolorosas e rancorosas.

VIOLÊNCIA MEDO
SEGURANÇA CORRUPÇÃO
RAIVA RANÇO OPERAÇÃO
ARMAS TRAUMA CISMA
TREMOR DESENCANTO
INSEGURANÇA PROTEÇÃO
ABUSO DE PODER
AUTORIDADE REPRESSÃO
MORTE ANGÚSTIA

PALAVRAS DE **JOVENS NEGROS** EM GRUPOS FOCALIS SOBRE PRIMEIRA IDEIA **ASSOCIADA A POLÍCIA**

OPRESSÃO
INJUSTIÇA
DEPRESSÃO PODER
RACISMO DESPREPARO
AGRADECIMENTO MORTE
VIOLÊNCIA ABUSO DE PODER
CONSTRANGIMENTO
DESCONFIANÇA HUMILHAÇÃO
DESESPERO **AFLIÇÃO MEDO**
PÂNICO EXCESSO
CALAFRIO

PALAVRAS DE **JOVENS NEGROS** EM GRUPOS FOCALIS SOBRE PRIMEIRA IDEIA **ASSOCIADA A ABORDAGEM POLICIAL**

Vinte anos depois, verificamos que a proporção geral das abordagens no conjunto da população se manteve relativamente em percentuais semelhantes.

As abordagens se intensificaram em certas modalidades (por exemplo: motos), focalizaram mais a população negra (negros são maioria em todas as modalidades de abordagens) e se tornaram mais violentas. Foram relatadas muito mais experiências de ameaça e intimidação e muito mais armas apontadas diretamente para o abordado, levando em conta apenas a última abordagem. As revistas corporais, experiência mais constrangedora e assustadora nas abordagens, aumentaram significativamente.

O quadro geral é de radicalização do foco no elemento suspeito. Os *super parados*, aqueles predominantemente negros, mais pobres, moradores de favelas e periferias, do gênero masculino, cresceram de 8,2% para 17%.

A pesquisa mostra que as experiências da população carioca com as polícias, tomando o procedimento de abordagem policial, que supostamente deveria ser algo dirigido a toda a população, são extremamente distintas. Alguns habitantes nunca são abordados e outra parcela da população é repetidamente abordada, chegando a dezenas e centenas de procedimentos.

Conversando com policiais militares em grupos focais, ouvimos: “as pessoas deveriam agradecer por serem paradas, porque mostra que a polícia está nas ruas trabalhando para segurança delas”.

Porém, quando ouvimos aqueles que são repetidamente abordados, eles não gostam – e não fazem uma avaliação positiva dos procedimentos policiais. A maioria dos que são frequentemente abordados sente que os procedimentos são racistas, humilhantes, injustos, constrangedores e assustadores.

Sim, vidas negras importam. E, nesse caso, não estamos falando apenas de morte e vida, estamos falando de vida com dignidade, respeito e justiça.



TABELA 6 2003 E 2021 – O QUE MUDOU EM QUASE 20 ANOS

	EM 2003	EM 2021
Foram parados/abordados	37,8% dos 2.250 entrevistados	39% dos 3.500 entrevistados
SITUAÇÃO DE ABORDAGEM NA ÚLTIMA EXPERIÊNCIA. (EM %)		
Foram parados em carro particular	56,1	37
Andando a pé na rua	19,5	31
Em ônibus, trem ou brt*	11,2	6
Em van ou kombi	3,5	3
Em moto	5,7	10
No táxi	2,3	2
REVISTAS CORPORAIS (EM %)		
Foram revistados na última abordagem	36,9	50
Foram revistados andando a pé	76,8	62
Foram revistados em ônibus ou trens	48,9	61
Foram revistados em carro particular	19,4	44
Foram revistados em moto		65
EXPERIÊNCIAS VIOLENTAS (EM %)		
Houve ameaça ou intimidação	6,5	23
Houve agressão física	8	4
A polícia apontou uma arma	9,7	28
Houve extorsão ou tentativa	11,3	7
Houve busca no celular	--	9
PARADOS MAIS DE 10 VEZES		
Foram parados mais de 10 vezes	8,2	17

N = 739. Fonte: Fontes: Ramos & Musumeci, Elemento Suspeito. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. CESeC com dados do Datafolha, 2021



SEM DESVIO: NOTAS SOBRE A POLÍCIA COMO INSTITUIÇÃO RACISTA

Por Pedro Paulo da Silva

Os dados produzidos na segunda edição desta pesquisa confirmam, mais uma vez, que pessoas negras são mais abordadas que pessoas brancas, mesmo que as primeiras sejam minoria na cidade do Rio de Janeiro.

Ora a pé, ora em algum veículo, a polícia escolhe a população negra como alvo primário. Os resultados demonstram algo apontado há décadas por intelectuais e ativistas pretas(os), mesmo antes de informações sobre o tema serem sistematizadas: a polícia seleciona quem aborda por critério racial.

Quando se somam os dados dessa e de outras pesquisas sobre abordagem às compilações governamentais sobre letalidade, fica evidente que a ação da polícia não é uniforme para todas as pessoas. Mas por quê?

Porque a polícia é uma instituição racista e suas ações se norteiam por esse fundamento.

As forças policiais agem ou deveriam agir de maneira técnica a partir de critérios e procedimentos neutros que garantam maior eficiência e eficácia, afirma certa percepção. Há também a narrativa de que as polícias são parte essencial do Estado Democrático e de Direito, pois seriam essas as instituições que sustentam relações sociais pacíficas. Quando confrontadas(os) com a realidade visceral dos dados qualitativos e quantitativos, defensoras(es) da polícia como instituição técnica e democrática argumentam que há um “viés racial” na abordagem policial.

A ação enviesada seria um desvio de função, porque a polícia não é, ou não deveria agir, de tal maneira; porém, o racismo estrutural — conceito que raramente é discutido de forma profunda — mostra que o policial não opera de maneira neutra.

O desvio racial não é desvio de fato. O desvio é a regra.

Policiais militares que participaram do grupo focal na presente pesquisa afirmam que o “elemento suspeito” seria aquele indivíduo com *“bigodinho fininho e loirinho, cabelo com pintinha amarelinha, blusa do Flamengo, boné...”*.

“Aquele padrão” de periculosidade justifica uma abordagem, afirmam os agentes, pois, nas palavras de um policial militar, quando *“você vê aquele bigode com reflexo, aquela barba, cabelinho... Aquilo chama a atenção”*. Ou seja, nota-se uma diferença do que deveria ser o cidadão-padrão. O “desvio” se destaca e, por isso, deve ser abordado.

De acordo com outro policial, moradores de favela não possuem “outras referências” além da chamada criminalidade, “[a] referência deles são os marginais. São os ídolos, os heróis deles”.

Em complemento, outro agente afirma que

“A sociedade tá marginalizada. Às vezes um garoto mora na comunidade, tá com o cabelinho com reflexo... É estereótipo de vagabundo. Ele quer parecer um traficante sem ser. Isso chama a atenção da gente também. Mas quando a gente vê uma pessoa que mora na comunidade, mas não tem esse padrão, a gente acaba filtrando e sabendo quem a gente tá abordando. Sabe quando é trabalhador e quando não é.”

Essas afirmações de policiais militares demonstram a inexistência de uma escolha técnica e neutra de quem deve ser abordado, dado que o “elemento suspeito” tem características estéticas particulares.

Essa é uma narrativa profundamente racial. A raça não é algo que tenha um fundamento ou uma essência imutável, sempre é uma construção que se edifica por meio de um processo de racialização. A racialização é a articulação de elementos biológicos ou culturais que não têm nenhum sentido, mas que, em determinado espaço e tempo, recebem um sentido de inferioridade.

Em outras palavras, a cor de pele, o tipo de cabelo, a largura do nariz ou dos lábios não significam nada em si mesmos, mas, durante o colonialismo, receberam um sentido de inferioridade, e aqueles que possuíam tais características foram construídos como uma raça – isto é, foram racializados por meio de aspectos biológicos. É assim que a ideia de “negro” emerge historicamente, como um objeto que tem o tom de pele escuro, o cabelo crespo, o nariz e a boca largos, e que, por deter essas características, difere-se da raça humana caracterizada pelo europeu/branco. O “negro” seria, então, uma figura desumanizada, o que justificava a invasão, a ocupação e a exploração de territórios e o escravismo.





Seguindo essa conceitualização, a mobilização de características como corte ou tipo de cabelo, vestimenta, ou a moda do bigode de um indivíduo são formas contemporâneas de racializar, dado que mantêm uma narrativa de raça: uma perspectiva em que pessoas são inferiores em decorrência de uma determinada articulação de características culturais. Por não ter um caráter imutável e essencial, a raça muda de acordo com o lugar e o tempo do processo de racialização, fazendo com que haja expressões evidentes de raça, como associar uma pessoa a um “macaco”, e formas mais sutis, como associar características estéticas e culturais à chamada criminalidade.

Atualmente, quando um policial militar afirma que as características destacadas anteriormente atribuem um caráter de suspeição a um indivíduo porque há uma conexão com a “criminalidade”, isso é uma forma bastante engenhosa de racializar.

Considerando que essa é a estética e a cultura de jovens pretos e favelados, o discurso de policiais militares costura o inimigo (criminalidade) ao inumano (o negro). Cria-se, então, uma racialização da população e de territórios negros, desumanizando ao construir “elementos suspeitos”.

Não à toa vemos que pessoas negras também são mais suscetíveis a serem sujeitas a outras formas de violência cometidas pela polícia. A abordagem é realizada pela polícia militar, só que as experiências destacadas nesse gráfico também dizem respeito a abusos perpetrados por outras polícias. Cada uma das cinco vivências destacadas no Gráfico Z foram experienciadas pela população do Jacarezinho, na operação da Polícia Civil que gerou a Chacina do Jacarezinho, em maio de 2021. São essas múltiplas experiências de violência que levam aos vários traumas psíquicos vivenciados por pessoas pretas.

Mas a racialização da ameaça não é exclusivamente da contemporaneidade, pois, na virada do século passado, em vez do “*bigodinho fininho e loirinho, cabelo com pintinha amarelinha, blusa do Flamengo, boné...*”, o “elemento suspeito” era caracterizado por adeptos de religiões negro-africanas e praticantes de capoeira. É nesse momento que o pito do pango empregado em rituais religiosos se torna criminalizado, dando início ao proibicionismo da maconha no país, e começando o que, décadas depois, vem a ser chamada de “guerra às drogas”. A polícia, de novo, era central na eliminação de inimigos racializados, ou seja, de ameaças construídas a partir da raça.

Nem sempre a racialização ocorreu de maneira sutil como atualmente ou no início do século passado; durante o colonialismo, outras formas de policiamento que antecedem a instituição polícia, como feitores e capitães do mato, mantinham pessoas escravizadas sobre controle.



À época, o escravismo era justificativa suficiente para o exercício do policiamento, não se fazia necessária a produção de outras narrativas raciais para esse propósito. Nesse sentido, antes da institucionalização da polícia no Brasil, no século XIX, havia policiamento – e desde sempre a raça informava essa prática, indicando que a instituição polícia descende de uma necessidade de controlar a ameaça fundamental à sociedade brasileira: o negro.

Finalmente, o racismo é a sistematização das variadas expressões de raça; é o acúmulo e a articulação dos vários processos de racialização em uma estrutura, fazendo com que o racismo impacte todos os aspectos da sociedade.

O caráter estrutural do racismo faz com que, mesmo que a raça mude espacialmente e historicamente, o sistema se mantenha – na verdade, é justamente por a raça ter um caráter mutável e funcionar tanto de formas evidentes quanto sutis, e em todos os aspectos das relações sociais, que o racismo ainda existe, mesmo depois do término do escravismo.

Quando retiramos o foco sobre a contemporaneidade e observamos a imagem do racismo em perspectiva histórica, o policiamento, que vem de feitores e capitães do mato até a instituição policial, tem o racismo como alicerce. Independentemente das transformações em construções do inimigo/inumano, há uma forma de policiamento para lidar com tal ameaça.

De modo bem escuro: a manutenção do racismo é a natureza de práticas de policiamento institucionais ou não. Não há “viés racial”, mas racismo. Não há desvio da função técnica e democrática da polícia, mas o cumprimento de sua razão de ser.

Depois do amontado de dados, estudos, pesquisas, livros, artigos, conferências feitas por especialistas, a população negra continua sendo exterminada. Faz-se necessário ultrapassar o tecnicismo preso em tentar solucionar a parte mais visível da conexão entre racismo e policiamento: a abordagem policial. É fundamental tomar raça, racismo e racialização como categorias analíticas, e investigar como o policiamento é reflexo de relações de dominação política baseadas no racismo.

Depois de quase 20 anos após a realização da primeira edição desta pesquisa, o discurso de “viés racial” e as tentativas de reformar a polícia chegam ao seu esgotamento à vista do amontoado de corpos acumulados no tempo.

A realidade visceral em que a população negra está submetida exige que as proposições levem o racismo a sério, indagando o porquê de, por tanto tempo, a natureza racista da polícia ter sido e ainda ser negada. É preciso ter coragem para irmos à raiz do problema, para o compreendermos e tecermos alternativas que objetivem finalizar o privilégio racial de ser protegido pela polícia – sendo, assim, verdadeiramente antirracistas.





UM TRAUMA NEGRO: ABORDAGEM POLICIAL E RACISMO

Por Diego Francisco

O racismo compõe a estrutura sobre a qual a sociedade brasileira foi fundada. Enxergamos, sem muito esforço, sua face oculta na maneira como ele se manifesta no cotidiano e nas práticas das instituições.

Quando observamos as abordagens policiais como parte de uma dinâmica racista que não começa no ato policial e também não termina nele, temos a necessidade de definir quais instâncias estão mobilizadas para que uma ação que tem incidência na vida social seja percebida de maneira tão comum que os seus efeitos sobre os sujeitos sejam raramente analisados.

A experiência de viver no Rio de Janeiro se contrapõe à imagem veiculada diariamente nas novelas e nos jornais. Apesar de ser um clichê, esse aspecto ganha importância diante da necessidade de observarmos para além das linhas superficiais dos eventos.

A configuração da cidade agrupa em todo o seu território um grande número de favelas que mantêm as características periféricas (com acesso distante aos bens de cultura e lazer e, mesmo, ao emprego), ainda que localizadas em bairros nobres da cidade.

Essa condição geográfica evidencia, simultaneamente, as questões raciais e mascara os efeitos do racismo na vida dos indivíduos. Ou seja, sabe-se que existem as abordagens e o modo como elas são feitas, sabe-se que são localizadas nesses territórios, propagam-se as denúncias de má conduta policial, mas se esquece dos efeitos contínuos sobre a trajetória dessas pessoas.

Durante a realização da pesquisa, chamou atenção, nos grupos focais e nas entrevistas semiestruturadas, a dimensão traumática causada pela repetição dos padrões de abordagem e a manutenção dessa experiência ao longo das gerações: avós, pais e filhos compartilham a abordagem como parte de suas experiências na cidade e moldam o seu comportamento a partir das possibilidades factíveis de serem parados pela polícia.

Foi possível perceber que as abordagens têm um efeito prolongado sobre a vida dos sujeitos entrevistados, provocando mudanças no comportamento, na escolha dos trajetos, nos horários de trabalho e de lazer, na forma como se vestem ou utilizam seus cabelos e acessórios.

Ficou evidente também o padrão que costuma caracterizar “elementos suspeitos”: camisas de times, bermudas, boné, cabelos pintados ou descoloridos, andar sozinho ou acompanhado em horários diversos, o veículo que se dirige, se carros ou motos, ou seja, atividades comuns para qualquer pessoa não negra tornam-se motivo para *vias-crúcis* para pessoas negras.

A partir das falas de quem participou, tivemos acesso a um elenco de elementos em que acreditamos haver uma necessidade de maior exploração nos estudos sobre a abordagem e que gostaríamos de destacar neste relatório. Um deles é a umbilical relação entre racismo e trauma individual e coletivo. Uma experiência traumática é capaz de desencadear transtornos nas funções pragmáticas e cognitivas, o que significa uma alteração da própria realidade, que gera problemas de regressão e que também compromete a capacidade de viver coletivamente e de se perceber na própria identidade.

Um dos entrevistados conta que, muitas vezes, sente-se vivendo como se fosse outra pessoa, uma vez que precisa abdicar das coisas de que gosta em função de sua segurança.

Ainda que presente no tom de sua voz triste enquanto relata, e no desejo de viver para além dessa realidade, o jovem entrevistado consegue representar uma dimensão que é deixada de lado nas discussões e nos estudos. Algo que a escritora Grada Kilomba aponta em seu “Memórias da Plantação”, livro de 2019: o foco de estudos como o nosso deve estar nas maneiras pelas quais é possível que os indivíduos ajam como sujeitos em suas realidades sociais.

Ao definir o racismo cotidiano e suas implicações na subjetividade dos indivíduos, a autora faz questão de afirmar que

“o termo ‘cotidiano’ refere-se ao fato de que essas experiências não são pontuais. O racismo cotidiano não é um ‘ataque único’ ou um ‘evento discreto’, mas sim uma ‘constelação de experiências de vida’, uma ‘exposição constante ao perigo’, um ‘padrão contínuo de abuso’ que se repete incessantemente ao longo da biografia de alguém.” (KILOMBA, 2019).

Ao partir dessa compreensão, agrupamos a experiência de jovens moradores em territórios favelados do Rio de Janeiro para dar a dimensão do sofrimento, distribuído ao longo dessas trajetórias, causado pelas abordagens ou pelo medo delas.

O racismo cotidiano ganha forma nessas experiências e se desdobra nos relatos que colhemos durante a pesquisa.

“Eu não posso usar a roupa que eu gosto, camisa do Flamengo, bermuda e um boné. Não posso esquecer um documento, ainda que esteja perto de casa e nem posso praticar o meu esporte favorito que é a corrida saindo de onde moro, no Catumbi, até o Aterro do Flamengo, por exemplo.”

“Leva o documento, Sam”*

Uma das experiências compartilhadas por todos(as) jovens participantes dos grupos focais ou entrevistados em profundidade é a de ouvir a recomendação de suas mães para que não saiam sem os documentos. Cada um(a) deles(as) tem uma ligação com essa frase, mas, em uma entrevista, um dos jovens conta: *“já fiquei tremendo dos pés à cabeça quando vi que tinha esquecido a carteira e sabia que teria de passar por pelo menos duas viaturas”*.

Outro jovem, em uma das sessões do grupo focal diz: *“Eu tenho que sair de casa pensando que documentos vou levar, que declaração de alguma coisa tenho de ter no bolso. Eu já saio com medo.”*

A convivência com o medo não é algo que deva ser naturalizado ou analisado sem que pensemos na sociedade que produz essas experiências, que descaracterizam os sujeitos ou os conformam nesse ciclo traumático, abusivo e cotidiano.

A necessidade de portar os documentos está posta para esse grupo como uma possibilidade de se livrar mais tranquilamente de uma abordagem ou, até mesmo, como garantia da própria vida, ainda que, na própria abordagem, outros fatores possam influenciar na maneira como se comportam durante e após o processo.

O fato de sair de casa sabendo da possibilidade de ser abordado também causa reflexos no aspecto emocional de alguns dos jovens entrevistados: “suar frio”, “desistir de sair em alguns horários” ou até mesmo “fazer um caminho mais longo” são parte dessa organização diária. Afinal de contas, uma abordagem “é sempre um constrangimento”, gera “medo, revolta e insegurança também”, conta um jovem que termina dizendo que se sente incapaz.

Há uma forte relação geracional desde a recomendação de não sair sem os documentos até os relatos de experiências vividas ao lado de amigos e parentes. Como podemos ver nos relatos em destaque.

* Trecho da música A Ordem Natural das Coisas do rapper Emicida

“Eu tenho que sair de casa pensando que documentos vou levar, que declaração de alguma coisa tenho de ter no bolso. Eu já saio com medo.”

“Eu já tomei dura no trem e já vi jogarem pra fora do vagão. Uma vez, eu tava no trem com meus amigos e meus pais. Sentei perto dos meus amigos e eles vieram com tudo. Se meus pais não tivessem lá, não sei o que teria sido de mim. Só fico pensando, ‘você vai sofrer essa parada pra sempre?’”

A agressividade dos policiais nas abordagens tem destaque nos dois extratos apresentados e as dúvidas e recomendações apontam bem esse caráter contínuo de um evento que, em tese, já terminou.

“Você vai sofrer essa parada pra sempre?”.

Quando analisamos essas experiências individuais, conseguimos construir uma memória histórica e coletiva também. Afinal, existe uma construção coletiva das experiências de abordagens, mas a dimensão individual está sempre presente nos relatos colhidos e nas vivências. Não é incomum ouvir destes/as jovens a sensação de incapacidade ou a certeza de ser parte de um ato de humilhação, como percebemos na justificativa do pai no relato anterior.

Humilhação e revolta

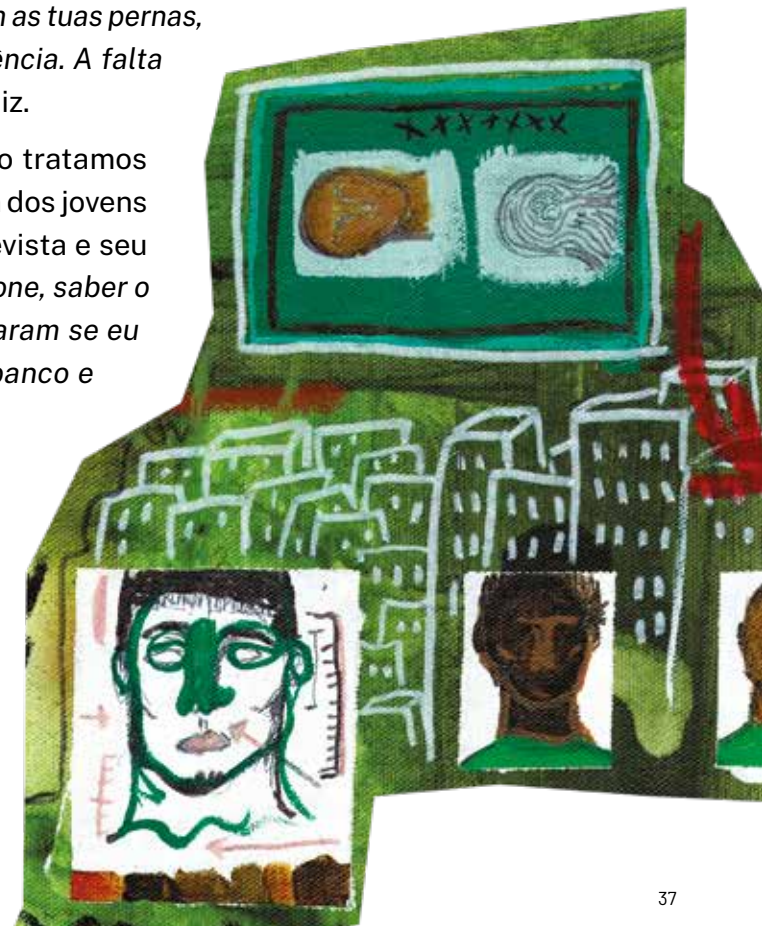
O acúmulo cotidiano dessas vivências pode ser descrito como o efeito mais tangível do racismo. Como afirma Kilomba, não se trata apenas de um ataque, mas de uma repetição contínua que transborda na subjetividade dos indivíduos. Um dos jovens conta que o sentimento de revolta vem pelo tratamento e está presente já no início da abordagem. *“Chutam as tuas pernas, batem para abrir mais. É o sentimento de impotência. A falta de respeito é também quando passa do limite”,* diz.

Esses efeitos ficam visíveis mais ainda quando tratamos das abordagens com amigos/as brancos/as. Um dos jovens entrevistados conta que foi escolhido para a revista e seu amigo branco não: *“eles quiseram ver meu telefone, saber o que eu estava fazendo, me revistaram, perguntaram se eu tinha dinheiro e o porquê de eu estar indo ao banco e ainda disseram que eles eram a lei”,* conta.

Durante um dos grupos, outro jovem diz que *“eles vêm agressivos, jogam as nossas coisas e mandam a gente tirar a nossa blusa”.* A agressão é física, mas também moral, e produz os seus efeitos.

Uma das jovens afirma que basta ver uma viatura que *“a gente já começa a ficar com medo, o coração acelerado e aquele desespero batendo”.*

“A primeira abordagem que eu passei, eu era criança, tinha 11 anos e estava no carro com o meu pai. A gente foi parado em uma blitz. Eles foram superagressivos com meu pai, pediram documentos do carro e tal. Eu fiquei muito assustada. No final, meu pai falou, ‘Filha, é assim. Papai não tá fazendo nada de errado. Se tivesse, ia preso’.”.





Um trauma negro: abordagem policial e racismo

Para além do próprio caráter da abordagem, é no limite da relação de poder entre o agente de segurança pública e os indivíduos abordados que ficam caracterizadas as marcas do racismo, como podemos ver no relato de outra jovem: “eles fazem perguntas agressivas, gritando. Depois que eles vão embora, a sensação é muito ruim, de lixo. E os olhares das pessoas em volta da gente, na rua, são de reprovação”, diz.

Nesses olhares de reprovação estão contidas as marcas mais identificáveis do racismo: a transformação do sujeito em um outro reprovável e a manutenção da ideia de suspeição. É aí que reside, também, a construção do trauma, esse marco excepcional que, no caso das abordagens, se repete e relembra aos sujeitos um lugar de existência social.

No caso do racismo cotidiano, existem muitas nuances que vão produzir um verdadeiro aprisionamento, uma espécie de paralisia diante da realidade, que pode provocar até mesmo o desejo de desistir de si mesmo, em um movimento que pode se caracterizar física ou simbolicamente. Um grande ataque à autoestima dessas pessoas.

Quase duas décadas depois, quando retornamos ao mesmo objeto de pesquisa, percebemos que o contexto mudou, atores e atrizes também mudaram, e novas questões surgiram. As abordagens policiais são defendidas como parte de uma prática capaz de produzir segurança para sujeitos brancos em uma sociedade estruturada no racismo.

De outro lado, além da vergonha e da humilhação, uma série de efeitos psíquicos e traumáticos já vão sendo identificados e interferem na vida de milhares de cariocas e brasileiros.

É bem verdade que estamos diante de uma amostra bastante significativa que nos permitiu ir além da anatomia das abordagens, buscando também estruturar os efeitos sobre as trajetórias dos sujeitos.

Acreditamos nesse aprofundamento cada vez mais necessário para pensarmos políticas públicas que suportem os efeitos de uma vida marcada pelo medo das abordagens e pelas humilhações decorrentes dessa prática. Para construir uma sociedade em que um jovem negro não possa continuar dizendo que sofre por “saber que aquela não foi a última vez... A angústia de saber que você tá propenso a sofrer aquilo todo dia...”.

“a gente já começa a ficar com medo, o coração acelerado e aquele desespero batendo”

Referências

KILOMBA, Grada.

Memórias da Plantação.

São Paulo: Editora Cobogó, 2019.





ENFRENTAR O RACISMO PARA MUDAR A SOCIEDADE

Por Itamar Silva

Pensar no lugar que os afrodescendentes ocupam na sociedade brasileira, passados exatos 133 anos da chamada Abolição, causa indignação e revela a urgência de acelerar o processo de inclusão e acesso desse grupo a direitos, na perspectiva de uma sociedade antirracista. E quem manifesta, com suas próprias vozes, essa urgência por mudança são os negros e as negras:

“Quando vou ao supermercado, procedo de forma que eles percebam que a sacola está vazia e quando chego ao caixa, viro a sacola de boca para baixo para evidenciar que ela está vazia. Isso porque, se eles vierem me abordar, eu vou tomar minhas providências, não tenha dúvida.”

Homem negro, 63 anos

“Eu tava correndo com um amigo, a gente tava atrasado e fomos abordados: ‘tá correndo por quê?’, ‘Roubou alguém?’. Eles não têm esse preconceito com o branco.”

Jovem negro de comunidade

“A questão é também sobre a sua classe social e a sua cor. É sobre onde você mora.”

Jovem negra de comunidade

Qual o traço comum entre esses personagens de gerações diferentes?

Respondo: todos são negros e vivem na cidade do Rio de Janeiro.

A percepção de que não desfrutam do mesmo status de cidadania é compartilhada por um número significativo de negros e negras que circulam pela cidade. Esse sentimento é marcado também pela pertença territorial a favelas e áreas populares. É como se alguns espaços da cidade estivessem reservados para um determinado perfil de gente no qual a população negra não se enquadra. Logo, é vista como suspeita.



Os interditos acontecem ou se revelam de diversas maneiras: por olhares atravessados, medo e, de forma mais explícita, pelas abordagens policiais e os olhares fiscalizadores dos seguranças de shoppings e supermercados.

Os depoimentos foram dados por homens negros de diferentes gerações, separados por 40 anos de vida vivida na cidade do Rio de Janeiro. Apesar das décadas que os separam, eles são igualmente marcados por comportamentos e práticas que reproduzem uma lógica que vem de séculos.

A escravidão de africanos no Brasil durou, oficialmente, três séculos. Não podemos deixar de repetir que o Brasil foi o último país das Américas a acabar, oficialmente, com a escravidão. As marcas desse processo estão presentes na estrutura social brasileira e, particularmente, no Rio de Janeiro. A cidade que foi capital do país, e lugar que muito resistiu ao fim da escravidão, enfrenta nos tempos atuais um reposicionamento da população negra, que pauta cotidianamente o tema do racismo.

Nesse processo de disputa de narrativas, o estudo apresentado pelo CESeC ganha relevância e se torna um forte aliado na direção de desconstruir discursos e percepções que negam o racismo constitutivo da sociedade brasileira, além de trazer argumentos importantes que se contrapõem ao conservadorismo reacionário racista que tenta desqualificar o posicionamento e a reivindicação dos negros, qualificando-os de mimimi.

A pesquisa realizada 20 anos depois de um primeiro estudo, com o mesmo foco, buscou identificar quais são os perfis dos abordados preferencialmente pela polícia do Rio. O CESeC volta ao tema e amplia seu escopo de pesquisa para ouvir a população da cidade do Rio de Janeiro.

Os resultados evidenciam que, apesar de algumas conquistas e do posicionamento mais forte da nova geração, o corpo negro segue sendo o elemento suspeito.

Muitos de nós compartilhamos a luta pela redemocratização do país a partir dos anos 1980. A participação da sociedade no processo de elaboração da nova carta magna para o país permitiu-nos afirmar, no texto da Constituição Cidadã, que racismo é crime.

Vale destacar a ínfima representação negra no congresso, naquele momento. Eram 11 negros no universo de 559 parlamentares. Cabe, também, o destaque para quatro nomes que defenderam heroicamente os interesses da comunidade negra, na perspectiva defendida pelos ativistas do movimento negro que participaram das comissões: Paulo Paim; Edmílson Valentim; Carlos Alberto Oliveira, o Caó; e Benedita da Silva. Fizeram a diferença.

Nos últimos 20 anos, a geração dos anos 2000 acompanhou, vivenciou e se beneficiou da luta pelas cotas raciais nas universidades públicas. O debate foi pesado. Foi um marco importante e os resultados se fizeram sentir.



Enfrentar o racismo para mudar a sociedade

Nunca se falou tanto em meritocracia nesse país e a polarização trouxe à tona o quanto o racismo está entranhado na sociedade brasileira. Com argumentos pseudo-isentos, acadêmicos reconhecidos alimentaram argumentos contrários às cotas raciais. Esqueceram que cotas em universidade pública não eram uma novidade no Brasil. Entre 1968 e 1985, vigorou “a lei do boi”, que garantia vagas nas universidades públicas para os filhos de fazendeiros, que, por acaso, não eram pobres.

As marcas do processo de escravização da população negra permanecem até os dias de hoje entre nós. Como diz um de nossos entrevistados: “o negro nunca deixou de ser escravo. A liberdade só acontece para quem conhece seus direitos e deveres”.

Por essa razão, é importante atualizar pesquisas, com o objetivo de aprofundar reflexões sobre o porquê e sobre como, há tanto tempo, a sociedade brasileira reproduz o racismo e tem dificuldades em discuti-lo publicamente.

Vivemos uma conjuntura particular em que o debate do racismo estrutural ganha visibilidade. Também é verdade que dispomos de intelectuais e ativistas qualificad@s que têm contribuído efetivamente para ocupar espaços no debate público, fazendo circular conceitos políticos necessários ao enfrentamento da questão. O posicionamento midiático e imagético, ainda que lentamente, tem provocado deslocamentos.

É verdade, também, que o racismo entranhado nas estruturas brasileiras não cede com facilidade. No entanto, o movimento na direção da desconstrução de preconceitos e do enfrentamento do racismo não dá sinal de arrefecimento, pelo contrário, vai pavimentando caminhos para os que chegam.

No início da década de 1980, quantos militantes do movimento de favelas eram universitários? Quantos de nós explicitávamos o racismo como elemento produtor das desigualdades que denunciávamos? Claro que as organizações do movimento negro pautavam essas questões. No entanto, movimento de favela e movimento negro corriam em raias paralelas, cruzando-se em algumas curvas. Hoje, ambos os movimentos estão de acordo que o racismo estrutural brasileiro é a principal causa das desigualdades que marcam a população negra deste país.

“Tive muitas abordagens, do começo da pandemia para cá tive muitas. Antes de começar a pandemia não tive nenhum enquadro, depois da pandemia tive vários. Tomei hoje, no Jacarezinho perto da Marlene. Fui pegar o mototáxi, não andei 20 metros e pararam a gente. Eles começaram a gritar, encostamos, não tínhamos nada e eles foram embora. E aí a gente pergunta, por que disso? Não tem cabimento.”

Declaração de jovem negro sobre enquadro

Sendo a favela uma síntese das desigualdades sociais no Rio de Janeiro, e lugar de acolhimento e moradia da maioria dos afrodescendentes pobres, também se constitui como espaço de resistência, quilombos urbanos, que abrigam a experiência de antigas lideranças comunitárias que, em alguma medida, encontraram formas menos confrontantes de lidar com discriminação e preconceitos.

E, ao mesmo tempo, a favela tem sido lugar da explosão de novas vozes, com uma nova geração mais bem preparada para lidar com os limites impostos pelo racismo brasileiro. Essa geração se contrapõe à lógica racista e afirma suas diversas identidades no espaço público.

Essa diferença de estratégia e possibilidade de enfrentamento do racismo precisa encontrar pontos de convergência, principalmente para alcançar maior impacto nos territórios onde atua essa geração.

A frase “nossos passos vêm de longe”, tão eficientemente utilizada pelas mulheres na luta política atual, pode ser uma chave para o diálogo geracional daqueles e daquelas que, no Rio de Janeiro, ocupam lugar de destaque no processo de mobilização de moradores periféricos.

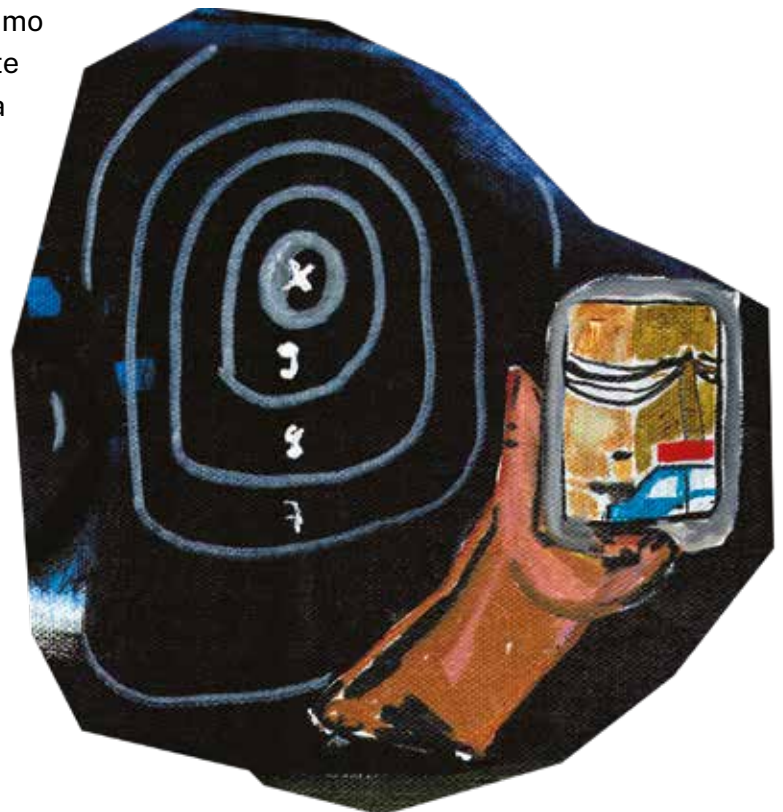
A consciência de que a luta vem de longe e que cada geração contribui a partir das condições objetivas de seu tempo, é fundamental para a desconstrução da estrutura racista brasileira.

Nesse sentido, as novas lideranças negras que chegam ao Parlamento cumprem papel muitíssimo importante, pois ampliam significativamente o debate. No entanto, a tarefa é gigantesca e exige engajamento de tod@s. Para além da representatividade, o desafio é disputar um projeto de sociedade no qual caiba a humanidade de todas as pessoas e, por conseguinte, a inclusão dos negros em todos os níveis e dimensões da sociedade brasileira, garantindo, assim, o acesso democrático a todos os direitos.

Após séculos de escravização, é a luta negra que contribui, efetivamente, para democratizar e humanizar minimamente este país. Parafraseando Djonga: “se eles têm medo do novo, devemos ser a chama que acende o farol!”.

“As pessoas acham que a gente é bandido porque a gente é preto...”

Declarações de jovem negro sobre enquadro





QUEM TE ACUSOU NEM LÁ NUM TAVA

por **Sílvia Ramos**

A Polícia é a parte visível do sistema que sustenta o racismo

Nos anos 2000, quando fizemos a primeira pesquisa Elemento Suspeito, a trilha sonora do projeto era composta por Marcelo Yuka, da banda O Rappa.

“Todo camburão tem um pouco de navio negreiro”.

MV Bill e o AfroReggae nos inspiravam também:

“Era só mais uma dura

Resquício da ditadura

Mostrando a mentalidade

De quem se sente autoridade

Nesse tribunal de rua.”

A trilha sonora da década de 2020 é composta por Emicida e dá um passo na direção da compreensão do que acontece atualmente, nas ruas.

Em “Ismália”, Emicida alerta que *“80 tiros te lembram que existe pele alva e pele-alvo”* (referência ao caso do músico Evaldo Rosa, fuzilado por soldados do Exército na Zona Norte do Rio no fim da intervenção militar no estado em abril de 2019).

Emicida também lembra a execução dos cinco meninos de Costa Barros, metralhados quando comemoravam o primeiro emprego, em 2015:

“Três no banco traseiro

Da cor dos quatro Racionais

Cinco vida interrompida

Moleques de ouro e bronze

Tiros e tiros e tiros

O menino levou 111.”

Em seguida, lança os versos enigmáticos, que repete como refrão:

“Quem disparou usava farda

Quem te acusou nem lá num tava”.

“Estava saindo para trabalhar, umas oito e pouca (...). Ao invés de ir pela rua direto, fui por outro caminho. E ouvi o freio, vi a barca dando ré. E daí me cercaram, foram duas barcas, seis pessoas. E daí como fui por outro lado, acharam que eu estava fugindo deles, mas eu nem vi eles.”

Declaração de jovem negro sobre enquadro





Conclusão: Quem te acusou nem lá num tava

Precisamente. No final de uma pesquisa sobre abordagem policial e relações entre polícia e população, faz-se necessário ter em mente que a polícia é apenas a parte mais visível da engrenagem do sistema de justiça criminal. Ele é formado por polícias, defensoria, ministério público, justiça e sistema penitenciário.

A polícia é a ponta visível e externa do sistema, quem está nas ruas e exerce a prática fardada e armada da produção de suspeição, acusação e condenação.

O papel dos agentes policiais camufla os papéis igualmente decisivos de delegados, promotores, juízes e agentes penais na manutenção e reprodução cotidiana do racismo.

Puxemos o fio de uma meada: o “elemento suspeito” depois se confirma como “culpado” e, depois, como “criminoso condenado”, cumprindo “pena de prisão”, que, por sua vez, produz o perfil do elemento suspeito: o chamado círculo vicioso.

Os atores do sistema de justiça criminal colocam em marcha um ciclo de suspeição que alimenta as representações de “bandido”, “ganso” e “vaga-bundo” e ativam os estereótipos que se colam feito uma tatuagem em jovens negros que circulam nas favelas e periferias.

Quando um policial aborda – dá uma dura, enquadra – um “suspeito”, ele está movendo uma estrutura de atores de justiça criminal que encerram seu trabalho enchendo as prisões com jovens das periferias. O nosso indicador de risco de abordagem, o IGCCT (idade, gênero, cor, classe e território), espelha perfeitamente, como em uma bola de cristal, uma profecia que se cumpre e se encaixa como uma luva no exato perfil dos que compõem a maioria dos jovens encarcerados no país.

Não há “viés racial” nem desvio de conduta. O racismo constitui o cerne da atividade policial e de nosso sistema de justiça criminal.

Em agosto de 2020, a Defensoria Pública do Rio de Janeiro revelou que oito em cada 10 presos em flagrante no estado são negros; em contraste com 51% de negros na população fluminense. A pesquisa foi resultado de um levantamento de 23.497 presos em custódia entre setembro de 2017 e setembro de 2019.

O estudo é impressionante porque não se trata de uma amostra, mas do universo total de pessoas presas em flagrante pelas polícias e levadas às audiências de custódia perante juiz, promotor e defensor público. As classificações de cor ou raça são baseadas em autodeclaração dos custodiados¹.

“Amigo meu já apanhou. Meu irmão já apanhou. Já ouvi amigo que levou tapa na cara. Amigo meu já falou ‘Mano, se você tiver sozinho em rua deserta, faz tudo que eles mandarem.’”

Declaração de jovem negro sobre enquadro

¹ A análise completa completa, intitulada “Perfil dos entrevistados pela Defensoria Pública do Rio de Janeiro nas audiências de custódia entre setembro de 2017 e setembro de 2019”, encontra-se em: <http://www.defensoria.rj.def.br/uploads/arquivos/0b6d8d161c1b41739e7fc20cca0c1e39.pdf>

Michelle Alexander, em “A nova segregação”, Luiz Eduardo Soares, em “Desmilitarizar” e Felipe Freitas, em “Racismo e polícia”², entre alguns autores, exploram abundantemente as relações entre o papel declarado e o papel performático das polícias ao fazer o trabalho de seletividade da abordagem, o esforço de caracterização do suspeito como criminoso, e construir todo o sistema de justiça criminal.

Policiais militares que estão nas ruas – e são valorizados por efetuar milhares de detenções mensais de garotos negros que atuam como vendedores do varejo das drogas nas favelas – usam a provalada e discutível “fé pública”³ e afirmam perante juízo (delegados, promotores e juízes) que o preso em flagrante, a despeito da pequena quantidade de droga apreendida, fazia parte de quadrilha de traficantes. E juízes, sem ter que se mover dos fóruns de Justiça, condenam a penas de prisão fechada garotos que, se forem brancos de classe média, talvez voltem para casa sob a proteção de famílias que tentam reintegrá-los à escola, ao trabalho, a cursos de arte ou aos esportes.

Ou seja, o problema do racismo não se resume à seletividade racial no momento da abordagem, ou ao viés ou preconceito de cor/idade/gênero/classe/território na produção do trabalho policial nas ruas.

O viés racial, a seletividade, o “racial profiling” nas abordagens é parte da engrenagem racial e racista que estrutura a sociedade e, em particular, a justiça criminal.

A constatação evidente de que o racismo na polícia é parte do racismo estrutural na sociedade brasileira não deveria amenizar, naturalizar ou justificar os fenômenos chocantes revelados por esta pesquisa.

Nenhum racismo estrutural justifica que 72% dos entrevistados já abordados que tiveram parentes e amigos mortos pela polícia sejam negros, ou que 79% dos que tiveram suas casas revistadas pela polícia sejam negros. Nenhum racismo estrutural torna compreensível o fato de que negros são os mais parados e os mais revistados em todos os tipos de abordagem. E, sobretudo, nenhum racismo estrutural explica por que a polícia revista menos de 10% dos abordados brancos, com mais de 40 anos e que ganham mais de 10 salários mínimos, em protocolos que não disfarçam o racismo combinado com a subserviência.

“Tem amigo que já é marcado. Tenho um amigo que estudava à noite e o policial abordou e perguntou ‘E aí, Luiz, está no caminho certo?’. E meu amigo falou que todo dia ele é parado.”

Declaração de jovem negro sobre enquadro

² Luiz Eduardo Soares, **Desmilitarizar: Segurança pública e direitos humanos** (Editora Boitempo, 2019); Michele Alexander, **A nova segregação: racismo e encarceramento em massa** (Editora Boitempo, 2018); Felipe Silva Freitas, **Racismo e polícia: uma discussão sobre mandato policial** (Tese de doutorado, UnB, 2020).

³ A ideia de fé pública é uma transposição indevida do direito administrativo para o direito penal. A origem está na chamada presunção de veracidade dos atos da administração pública, que foi banalizada. O relato policial não deveria ser visto como sagrado, mas passível de questionamentos.



Conclusão: Quem te acusou nem lá num tava

O fato óbvio de que policiais negros podem ser tão ou mais racistas do que policiais brancos nas relações de violência e desrespeito com as populações negras não justifica ou atenua o racismo cotidiano praticado pelas corporações policiais. Negar a existência de racismo nas polícias tem sido uma prática reiterada das últimas décadas, a despeito de todas as evidências quantitativas e qualitativas, vídeos e depoimentos.

Com frequência, comandos de polícias militares estaduais usam o argumento de que não há racismo nas suas fileiras, já que a maioria dos policiais que compõem sua base é negra. Sabemos que racismo, misoginia, machismo, homofobia, preconceitos contra pobres e outras doenças brasileiras estão profundamente incorporados entre todos os segmentos da sociedade, e são reproduzidas por todos os setores, inclusive por negros, mulheres, população LGBTQIA+, pobres etc.

Na verdade, o fato de que uma corporação composta por maioria de praças negros (soldados, cabos e sargentos) e por maioria de oficiais brancos (coronéis, majores, capitães e tenentes) tenha práticas racistas deveria ser uma vergonha adicional e não uma desculpa para negar que o racismo é parte integrante do quadro.

A polícia não vai mudar, mas as ciências sociais, sim

Felipe Freitas (2020) pergunta, em seu trabalho crucial de doutorado, por que é tão baixa a incidência da reflexão sobre racismo em discussões de temas como mandado policial, poder de polícia ou constituição da força pública no Brasil. Ele também observa que raça e racismo são temas confinados ao âmbito da denúncia sobre seletividade e que, mesmo sendo percebida como elemento importante na experiência dos sujeitos, a discussão racial ocupa um espaço marginal no campo dos estudos policiais (p.87).

Uma possível explicação estaria no pertencimento racial, na posição social e nas perspectivas políticas dos(as) pesquisadores(as) esses(as) possuem grande relevância na constituição das escolhas teóricas e na definição das temáticas e agendas de pesquisa. Desse modo, a hegemonia branca entre os pesquisadores(as) do campo é parte integrante da explicação sobre o fluxo de temáticas das agendas de pesquisas (p.88).

Nesse sentido, o que Cida Bento⁴ chamou de “pactos narcísicos da branquitude” – as alianças inconscientes e intergrupais nas quais se produz um lugar de privilégio racial, econômico e político para os não negros – teria uma função de perpetuar posições de vantagens e desvantagens sociais para negros e brancos no conjunto da sociedade.

“Já tomei cinco enquadros em questão de minutos.”

Declaração de jovem negro sobre quadro

⁴ BENTO, Maria Aparecida S. **Pactos narcísicos no racismo:** branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público. Tese de Doutorado. Instituto de Psicologia Social, Universidade de São Paulo, 2002

Freitas observa que, nas pesquisas que estudaram o tema da discriminação racial no âmbito da abordagem e da violência policial, a ênfase foi dada à questão da seletividade racial e da discriminação, não incorporando raça como matriz analítica para observar, descrever e interpretar a polícia e os fenômenos sociais a ela relacionados.

A presente pesquisa procurou reverter essa tendência do nosso campo e corrigir os rumos que nós mesmos seguimos em 2003, ao não colocar raça e racismo no centro da pesquisa sobre abordagem e sobre policiamento. Alteramos a equipe de pesquisadores(as) e constituímos um grupo de investigadores(as) de maioria negra e, principalmente, de analistas e especialistas no tema racial. Alteramos nossas perguntas iniciais da pesquisa de campo e colocamos o foco nos temas raciais, tanto na revisão da literatura como nas análises do material empírico.

Em 2003, dizíamos que nossa pesquisa era sobre policiamento e racismo. Em 2020, dizemos que **policimento é racismo** e que é impossível pensar as relações entre polícia e sociedade sem entender que o racismo é constitutivo e estruturante do policiamento e do fazer policial.

Também mudamos as perspectivas sobre o que é preciso e possível fazer sobre as próprias práticas policiais hoje.

Comprovamos a hipótese de que a polícia na cidade do Rio de Janeiro busca (e acha) os suspeitos de sempre, aprofundamos as vivências sobre outras práticas policiais além da abordagem, entendemos relações do policiamento com entregadores de moto, motoristas de aplicativo, jovens negros e negras de favelas e mulheres trans. Finalmente, entendemos parte da lógica de pensamento de policiais negros que realizam abordagens.

Olhando para as últimas duas décadas, verificamos que a chegada de jovens negros e negras de origem popular aos cursos de mestrado e doutorado nas ciências sociais das melhores universidades do Rio de Janeiro e o interesse desses pesquisadores e pesquisadoras pelos temas da violência, da segurança e do racismo têm produzido uma mudança importante nas equipes e na concentração de interesses de pesquisas dos centros de investigação de organizações e instituições acadêmicas. O panorama racial e a diversidade de gênero e sexual dos grupos de pesquisa hoje é distinto da paisagem de 20 anos atrás.

Em longo e médio prazos, somos otimistas sobre mudar as pesquisas no campo da sociologia da violência, mas não temos nenhuma esperança de mudar a polícia convencendo seus agentes ou seus comandantes a alterarem os padrões de policiamento.

“Às vezes, levo um livro na mochila – nem quero ler, mas pra eles não fiquem perturbando. Já peguei livro de Direito, livro da Djamila Ribeiro. Eles acham que vão encontrar alguma coisa, aí vê que tem um livro, está voltando do trabalho...você vê que a fala deles vai mudando.”

Declaração de jovem negro sobre enquadro

A única forma de reduzir os danos causados pelas polícias é reduzir as polícias. Reduzir os efetivos, os armamentos, o método de policiamento baseado em rondas e abordagens preventivas e, principalmente, reduzir drasticamente os investimentos no modelo de enfrentamento do crime.

Para controlar a violência e a criminalidade, é preciso aumentar os investimentos em assistência social, educação, cultura e alternativas de trabalho e reduzir os investimentos nas forças de segurança.

Para controlar a violência policial, é preciso aumentar os controles externos. Os órgãos constitucionais de supervisão de polícia têm falhado sistematicamente e não cansam de demonstrar diariamente que são parte interessada na manutenção do sistema de justiça criminal nos seus moldes elitistas e classistas, em que a reprodução do racismo e da demofobia é sua essência mais preciosa. É o caso do Ministério Público, que tem sido omisso diante de mais de 1.000 mortes decorrentes de ação policial todos os anos, e mesmo do STF, que tem relutado em tomar medidas mais duras para controlar a violência policial aberta em vários estados.

O controle externo da polícia é o celular do morador de favela, do jovem que filma a abordagem, do moleque que controla a agressão do policial mostrando que está gravando e ameaçando mostrar na mídia. O controle externo é a notícia na grande mídia, a pressão política sobre os poderes executivo e legislativo para que controlem suas polícias. Nesse conjunto de pressões, os resultados de pesquisas que mostram à sociedade e à própria polícia os efeitos do que seus agentes praticam nas ruas pode ter seu papel.

É esse o objetivo da pesquisa “Elemento Suspeito” no momento atual.

“Já acharam que eu estava sequestrando a minha mãe. Minha mãe na frente no Uber, eu e um primo meu atrás. E eles pararam o carro, porque falaram que tinha muitas pessoas. Na volta, foi a mesma coisa. Minha mãe teve que falar o nome de todo mundo.”

Declarações de jovem negro sobre enquadro



REFERÊNCIAS

ALEXANDER, Michelle. A nova segregação: racismo e encarceramento em massa. Boitempo, 2018.

BUTLHER, Paul. Chockhold: Policing Black Men. The New Press, 2018.

DA SILVA, Pedro Paulo. Racismo e segurança: para além da ponta do iceberg. Folha de São Paulo, 2 de julho de 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/perifaconnection/2020/07/racismo-e-seguranca-para-alem-da-ponta-do-iceberg.shtml>. Último acesso em: 07/12/2021

FANON, Frantz. The wretched of the earth. Nova Iorque: Grove Press, 2004.

FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. Ubu Editora, 2020.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. Corpo negro caído no chão: O sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro. Brasília: Brado Negro, 2º ed., 2017.

FOUCAULT. Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France 1975-1976. São Paulo: Martins, 2ª ed., 2010.

FREITAS, Felipe da Silva. Polícia e Racismo: uma discussão sobre o mandato policial. Tese de Doutorado – Universidade de Brasília, Faculdade Direito, Programa de Pós-Graduação em Direito, 2020.

GROSGOUEL, Ramon. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. Sociedade e Estado, v. 31, n. 1, p. 25-49, 2016.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. Lugar de negro. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1982.

HALL, Stuart. The Fateful Triangle: Race, Ethnicity, Nation. Cambridge, Massachusetts, Londres: Harvard University Press, 2017.

HOLLOWAY, Thomas. Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro, Cobogó, 2020.



Referências

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. São Paulo: N-1 Edições, 2018. n-1 edições, 2018.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

NASCIMENTO, Abdias. *Genocídio do negro brasileiro*. São Paulo: Perspectiva, 4ª ed., 2016.

RAMOS, Silvia e MUSUMECI, Leonarda. *Elemento suspeito: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.

SAAD, Luísa. “Fumo de negro”: A criminalização da maconha no pós-abolição. Salvador: Edufba, 2019

SANTANA, Bianca. *Continuo preta. A vida de Sueli Carneiro*. Companhia das Letras, 2021.

SANTOS, Neusa. *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1983.

SOARES, Luiz Eduardo. *Desmilitarizar: segurança pública e direitos humanos*. Rio de Janeiro, Boitempo, 2019.

SINHORETTO, Jacqueline et al. *Policiamento e relações raciais: estudo comparado sobre formas contemporâneas de controle do crime*. Universidade Federal de São Carlos, Grupo de Estudos sobre Violência e Administração de Conflitos, 2020

TELLES, Ana Clara. *Violência na cidade pós-colonial: imaginações, materialidades e experiências da violência na cidade do Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Instituto de Relações Internacionais, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, 2020.

VARGAS, João Costa. *The denial of antiblackness: Multiracial redemption and black suffering*. Minneapolis e Londres: University of Minnesota Press, 2018.

VIANA, Natália. *Dano colateral. A intervenção dos militares na segurança pública*. Objetiva, 2021.

VITALE, Alex, S. *The End of Policing*. London, New York, Verso, 2017.



CONSELHO DA PESQUISA ELEMENTO SUSPEITO



“Com pesquisas, dados e ciência sob ataque, é importante que a sociedade civil produza informações e diagnósticos – especialmente sobre segurança, campo onde os dados são subnotificados e, muitas vezes, incompletos.”

CECÍLIA OLLIVEIRA

Jornalista e diretora do Instituto Fogo Cruzado



“A pesquisa se apresenta como importante instrumento para desvelar o racismo institucional do sistema de justiça, que tem o perfilamento racial como base para todo o sistema acusatório.”

DANIELE MAGALHÃES

Defensora pública



“Não é pela ausência de um documento formal que direcione a atuação das agências de controle do Estado que esse direcionamento não exista, ao revés: justamente por existir na informalidade é que demonstra sua faceta mais perversa.”

JOEL LUIZ COSTA

Advogado, do Jacarezinho
e Coordenador Executivo do IDPN



“Esta é uma chance de contribuir para que uma realidade histórica não apenas seja transformada, mas exposta em praça pública, como os nossos corpos, que estão à margem há tanto tempo.”

JOTA MARQUES

Educador Popular e Conselheiro Tutelar



“Além da contribuição para o debate antirracista no campo da segurança pública, nossa presença aqui reforça que a participação social e popular na construção de outros olhares sobre nossa realidade é extremamente necessária para a mudança concreta dela.”

MARCELLE DECOTHÉ

Mulher negra periférica, coordenadora de incidência do Instituto Marielle Franco



“Ser elemento suspeito no Rio de Janeiro é nascer negro, não tendo direito a ter direito e sendo desumanizado desde a sua gestação. A pesquisa permite que essa sociedade se transforme e essas vidas tenham o direito de viver.”

MONICA CUNHA

Coordenadora e Cofundadora do Movimento Moleque



“A pesquisa desnaturaliza procedimentos baseados em estereótipo, racismo e discriminação. Possibilita identificar marcadores, recorrências e efeitos pouco considerados nas análises quantitativas sobre a questão.”

RACHEL BARROS

Doutora em Sociologia, educadora da Fase e integrante do Fórum Social de Manguinhos



“Eu convivo constantemente com abordagens policiais. A pesquisa ‘Elemento Suspeito’ é essencial para demonstrar como a seletividade do método de suspeição policial se apresenta.”

THIAGO NASCIMENTO

Coordenador adjunto do IBCCRIM e Cofundador do LabJaca



“Quase 20 anos depois, o Rio ainda continua implicado com a mesma agenda de morte. É preciso destruir a definição de ‘suspeito’ como sinônimo de preto(a), pobre e favelado(a)”

THUANE NASCIMENTO

Advogada e Diretora Executiva do PerifaConnection



“Há uma questão racial por trás das abordagens policiais tão presentes no dia a dia de pessoas negras. Pensar sobre o tema é também uma forma de evitar muitas mortes.”

WESLEY TEIXEIRA

Coordenador do pré-vestibular popular +Nós e militante do movimento de evangélicos progressistas



SOBRE ESTE RELATÓRIO

Edição: Flávio VM Costa

Revisão: Táia Rocha Mariana Chagas

Ilustração: Miguel Morgado

Design Gráfico: Refinaria Design



ISBN 978-855969012-5



9 788559 690125

Realização



Centro de Estudos de Segurança e Cidadania

Apoio



FORD FOUNDATION

Apoio institucional



OPEN SOCIETY FOUNDATIONS